



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

GABRIELA GERMANO GALDINO

**RELAÇÕES DE TRABALHO PARA RESSOCIALIZAÇÃO NA CADEIA FEMININA
DE CAJAZEIRAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS –
EJA**

**CAJAZEIRAS/PB.
2024**

GABRIELA GERMANO GALDINO

**RELAÇÕES DE TRABALHO PARA RESSOCIALIZAÇÃO NA CADEIA FEMININA
DE CAJAZEIRAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS –
EJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação (UAE), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – *campus*, Cajazeiras/PB, como requisito parcial para a obtenção do grau em licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Professora Ma. Miryan Aparecida Nascimento de Souza.

CAJAZEIRAS/PB.
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

G149r	<p>Galdino, Gabriela Germano. Relações de trabalho para ressocialização na Cadeia Feminina de Cajazeiras na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos - EJA / Gabriela Germano Galdino. – Cajazeiras, 2024. 75f. Bibliografia.</p> <p>Orientadora: Profa. Ma. Miryan Aparecida Nascimento de Souza. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2024.</p> <p>1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Trabalho e educação - cadeia feminina. 3. Ressocialização de detentas. 4. Cadeia feminina - relação de trabalho. 5. Prática de educação - cadeia feminina. I. Souza, Miryan Aparecida Nascimento de. II. Título.</p> <p>UFCG/CFP/BS</p> <p>CDU - 374.7</p>
-------	--

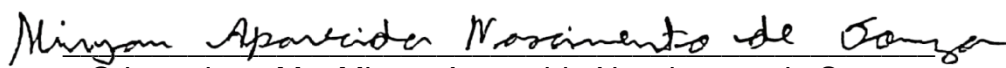
GABRIELA GERMANO GALDINO

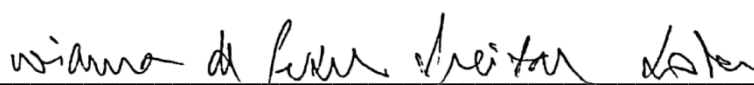
**RELAÇÕES DE TRABALHO PARA RESSOCIALIZAÇÃO NA CADEIA FEMININA
DE CAJAZEIRAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS –
EJA**

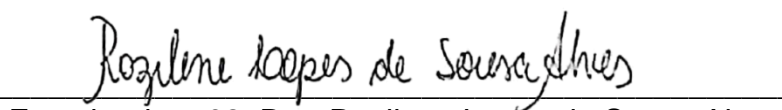
Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação (UAE), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – *Campus* Cajazeiras/PB, apresentado a apresentação como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

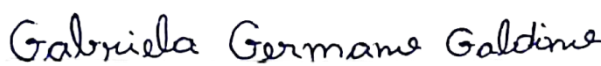
Orientadora: Prof.^a Ma. Miryan Aparecida Nascimento de Souza.

Monografia aprovada em: 29 / 11 / 2024


Orientadora: Ma. Miryan Aparecida Nascimento de Souza


Examinador 01: Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes


Examinadora 02: Dra. Rozilene Lopes de Sousa Alves


Graduanda: Gabriela Germano Galdino

CAJAZEIRAS/PB.
2024

Dedico esse trabalho a minha mãe, Cilene Germano de Souza e a minha avó, Maria Socorro Vieira de Souza. Sou grata a essas duas mulheres incríveis que são meu maior exemplo e fonte de inspiração diária. Obrigada por sempre me incentivarem a realizar os meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer à minha mãe, Cilene Germano de Souza. Seu apoio, conversas e incentivo nos momentos em que estive desanimada durante a graduação foram essenciais para concluir essa etapa tão importante da minha vida. A senhora sempre esteve comigo em todas as ocasiões, especialmente aquelas em que compartilhamos alegrias, lágrimas e a emoção das conquistas. Portanto, afirmo que este momento não seria possível sem sua presença e inspiração diária. A graduação não é apenas um sonho meu, é um sonho nosso, que partilhamos durante toda a vida, especialmente ao longo dessa jornada acadêmica. Afirmo que esta conquista da minha formação no ensino superior é nossa, resultado de um trabalho conjunto e de muita dedicação de sua parte para me proporcionar chegar até aqui. Gratidão por sempre estar ao meu lado e ser minha maior fonte de inspiração. Sem você, eu não seria nada. Você é o meu maior exemplo de força e dedicação, e espero lhe dar muito mais orgulho nas minhas próximas conquistas.

Agradeço aos meus familiares, especialmente à minha querida tia, Maria Alzira de Souza, por me acompanhar durante essa jornada árdua. Os conselhos que recebi e todo o incentivo foram essenciais para me manter firme. Sua presença na minha vida é fundamental, obrigada por sempre estar disponível para dialogar e aconselhar quando necessário. Outra pessoa muito especial em minha vida, a quem sempre seria grata, é a minha tia e madrinha, Maria Helena de Souza. Suas contribuições foram vitais para a minha trajetória acadêmica, e agradeço por todo o seu esforço para a concretização deste sonho.

Agradeço ao meu tio e padrinho, José Osmar Germano de Souza, que sempre me deu total apoio para a realização dos meus sonhos e estudos. Obrigada por todo o apoio e incentivo. Sua contribuição para a minha formação básica e superior, sempre foram essenciais. Obrigada por toda dedicação e o cuidado que sempre demonstrou. E, por fim, agradeço a uma das pessoas mais importantes da minha vida, a minha avó, Maria Socorro Vieira de Souza. Serei eternamente grata pelos os seus cuidados desde o meu nascimento até hoje, a senhora é uma das figuras femininas que mais me inspiram. Sua força e coragem são extraordinárias, espero um dia ser metade do que você e minha mãe são.

Agradeço a todos os meus professores da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores. Os conhecimentos partilhados durante as

disciplinas foram essenciais para a minha formação e construção docente. Eu não poderia deixar de mencionar a importância da participação no Programa Residência Pedagógica. Durante minha atuação como aluna-bolsista nesses dezoito meses de vigência, obtive a prática docente na íntegra e desenvolvi os primeiros passos da minha construção de identidade docente. Agradeço à professora Rozilene Lopes de Sousa pelas orientações durante minha participação no referido programa institucional ofertado pela CAPES.

Não poderia deixar de mencionar minhas amigas e colegas de turma que ingressaram comigo neste curso. Sou grata pela oportunidade de conhecer cada uma de vocês. A amizade de vocês possibilitou inúmeros momentos únicos com a partilha de risadas, conversas e lágrimas de alegria e tristeza. Esses momentos de angústia e risadas compartilhadas tornaram o processo mais fácil. Portanto, agradeço a cada uma de vocês, minhas meninas: Aniele Gonçalves Silva, Bianca Vieira de Andrade, Cintya Gonçalves Soares, Daniele da Silva Souza, Marta dos Santos Paulino, Maria Aparecida de Souza Ferreira, Maria Aparecida de Lima Souza e Vanessa Vitória Alves da Silva. Outra pessoa importante que não poderia deixar de mencionar é meu colega de turma e amigo Fábio Guedes Feliciano. Reencontrá-lo na residência nos proporcionou renovar os laços de amizade, e sou muito grata por isso. Obrigada por sempre ser aquele que dava conselhos, tirava minhas dúvidas e ajudou quando precisei.

Agradeço aos meus amigos que se fizeram presentes mesmo à distância. Agradeço ao meu querido amigo de longa data, Wilker Alexsander Alves Magalhães, por sempre me apoiar e incentivar. Outra pessoa importante que não poderia deixar de mencionar, a quem sempre serei grata por tudo que fez por mim durante esse período, é meu querido amigo Manoel Martins. Seus conselhos durante as madrugadas, dicas de estudos e, sobretudo, sua paciência são algo muito significativo. Gostaria de agradecer a Aldair Leite da Silva, as suas palavras de apoio, incentivo, atenção e demonstração de cuidado diários, sobretudo, durante as minhas crises de ansiedade foram muito significativas. Obrigada por ser um ponto de apoio quando precisei, as suas contribuições foram muito valiosas para a realização desse projeto. A sua presença na minha vida é calmaria nos dias de tempestade, obrigada por tudo que tens feito.

E, claro, não poderia deixar de agradecer à minha banca examinadora, os professores Wiama de Jesus Lopes Freitas, Rozilene Lopes de Souza Alves e José

Amiraldo Alves da Silva. Gratidão por todas as contribuições feitas e por estarem participando desse momento tão especial na minha vida. Agradeço à minha querida orientadora, Miryan Aparecida Nascimento de Souza. Encontrá-la foi um ponto de mudança na minha vida e para a concretização desse trabalho. Sem a sua ajuda e contribuições, nada disso seria possível. Obrigada por todo o carinho e dedicação demonstrados ao longo desses últimos meses. Esse trabalho que realizamos foi fruto de muito esforço, suor e persistência de ambas as partes. Você é luz na minha vida, tenho um enorme carinho e admiração por você.

A leitura de mundo precede sempre a leitura da
palavra e a leitura desta implica a continuidade da
daquele (Freire, 1989, p. 13)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso objetivou analisar as relações de trabalho para ressocialização na cadeia feminina de Cajazeiras-PB. A discussão teórica baseou-se nos autores Freire (1996/2022); Ireland (2022); Julião (2007/2009/2020); Machado (2008); Onofre (2016); Souza (2022) e Souza; Ireland (2024). A metodologia do trabalho consiste em uma pesquisa de campo qualitativa, possuindo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Buscou-se compreender a relação entre educação e trabalho para a ressocialização das mulheres privadas de liberdade da cadeia feminina de Cajazeiras. Foi analisado os trabalhos dispostos na instituição e o que as mulheres privadas de liberdade pensam sobre a oferta de remição de pena por trabalho, estudo e leitura. Os resultados da pesquisa revelaram que existe uma quantidade restrita de atividades socioeducativas que contribuem para a ressocialização das mulheres privadas de liberdade. Os trabalhos são compostos pelos serviços gerais e a confecção de bolas, identifica-se que essas práticas de trabalhos têm conotação estereotipadas em relação ao gênero. Contudo, as atividades são desenvolvidas no intuito de buscar restaurar o exercício participativo, entretanto, é necessário mais programas governamentais voltados para a ressocialização dessas mulheres através de práticas de trabalhos alinhadas a perspectiva da educação de jovens e adultos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Trabalho e educação; Ressocialização.

ABSTRATC

The aim of this Course Conclusion Paper was to analyze the work relations for resocialization in the Cajazeiras-PB women's prison. The theoretical discussion was based on the authors Freire (1996/2022); Ireland (2022); Julião (2007/2009/2020); Machado (2008); Onofre (2016); Souza (2022) and Souza; Ireland (2024). The methodology consisted of qualitative field research, using semi-structured interviews as the data collection tool. The aim was to understand the relationship between education and work for the resocialization of women deprived of their liberty in the Cajazeiras women's prison. We analyzed the work available in the institution and what women deprived of their liberty think about the offer of sentence remission through work, study and reading. The results of the research revealed that there are a limited number of socio-educational activities that contribute to the re-socialization of women deprived of their liberty. The jobs include cooking, general services and making balls, and these work practices are stereotyped in terms of gender. However, the activities are developed with the aim of restoring participatory work, but there is a need for more government programs aimed at re-socializing these women through work practices aligned with the perspective of youth and adult education.

Keywords: Youth and Adult Education; Work and Education; Resocialization.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases Curriculares
LEP	Lei de Execução Penal
MEC	Ministério da Educação
MJ	Ministério da Justiça
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POS-MSE	Central de Vagas, Pós-Medida Socioeducativa.
SEAP	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. AS RELAÇÕES DE TRABALHO E EDUCAÇÃO DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE	17
3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PRISÕES	22
4. NORMATIVAS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PRISÕES	27
5. METODOLOGIA	33
1ª SEÇÃO – AS PRÁTICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DESENVOLVIDAS NA CADEIA FEMININA	34
2ª SEÇÃO – AS RELAÇÕES DA EDUCAÇÃO E TRABALHO: possibilidades e desafios para a ressocialização de detentas	47
3ª SEÇÃO – PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO NA CADEIA FEMININA	57
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICE A – PERGUNTAS DA ENTREVISTA	72
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	73

1. INTRODUÇÃO

O estudo tem como sujeitos da pesquisa as mulheres privadas de liberdade que estão sob cumprimento de pena na Cadeia Pública Feminina de Cajazeiras, Paraíba. O objetivo geral desse estudo consiste em analisar relações de trabalho para ressocialização na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos (EJA) desenvolvidas na cadeia feminina de Cajazeiras.

O interesse por esse campo de estudo surgiu em consequência das inquietações relacionadas com a educação em prisões e como é desenvolvido o trabalho por essas mulheres. Ao participar como aluna-extensionista voluntária do Projeto de Extensão “O feminino aprisionado – Direitos humanos e relações de gênero na cadeia feminina de Cajazeiras-PB”, coordenado pela professora Dr.^a Mariana Moreira Neto e orientado pela professora Ma. Miryan Aparecida Nascimento de Souza. Mediante a isso, a partir do contato com as detentas, observações e diálogos realizados com essas mulheres privadas de liberdade surgiu o interesse em buscar pesquisar acerca das relações de trabalho e educação na cadeia feminina, tendo em vista que ainda é pouco discutido na literatura científica acerca dessa temática.

A escolha de pesquisar especificamente com o gênero feminino está alinhada à pouca visibilidade que as mulheres encarceradas têm, em concordância com as ideias de Queiroz (2015) as mulheres privadas de liberdade além de viverem sob condições insalubres, o próprio ambiente as condicionam a se readaptarem aos moldes impostos pelo sistema, ou seja, a mulher privada de liberdade está condicionada ao espaço que agora está inserida e perde a sua autonomia enquanto cidadã.

Os objetivos específicos são: descrever os princípios da Educação de Jovens e Adultos em prisões; identificar as práticas de ressocialização que são desenvolvidas na cadeia feminina de Cajazeiras e refletir acerca da relação trabalho e educação a partir das percepções das mulheres privadas de liberdade. É refletindo mediante a percepção das detentas acerca das relações de trabalho e educação que são desenvolvidas na cadeia buscando compreender como funciona os processos de ressocialização por estudo e trabalho.

A questão norteadora da pesquisa é quais são as relações de trabalho para ressocialização desenvolvidas na cadeia feminina de Cajazeiras? Nesse sentido, mediante o desenvolvimento desse estudo buscou-se identificar quais práticas de

ressocialização são desenvolvidas na cadeia feminina para compreender como a educação atua para o desenvolvimento dessas práticas.

A proposta de Educação de Jovens e Adultos – EJA para mulheres privadas de liberdade necessita de discussões que possibilitem o diálogo centrado nas suas experiências os seus relatos precisam de escuta, para criar a (re)construção da sua identidade como cidadã. A mulher ao adentrar no sistema penitenciário sofre com a ruptura da perda da sua identidade feminina e, sobretudo, da liberdade e autonomia, limitando-se apenas aquele ambiente que está inserida. As prisões impossibilitam a permanência da figura feminina que outrora existiu, logo há a perda de uma escuta sensível e acolhedora. Em concordância a isso, esse estudo visa discutir a relação entre a educação e trabalho, associando as propostas de diálogo associadas a educação de jovens e adultos com o trabalho desenvolvido com as mulheres da unidade prisional de Cajazeiras – PB.

Essa pesquisa é respaldada na necessidade de buscar discutir sobre a educação de mulheres privadas de liberdade e compreender como o trabalho está intrinsecamente interligado nesse espaço. A mulher sofre marginalização pela própria sociedade, seja por seu gênero, raça e/ou condição econômica. Vale ressaltar, que sobretudo, as mulheres que são negras e de classe econômica pobre, socialmente sofrem mais preconceito e ao encontrar-se nas prisões aquelas que possuem família deparam-se com uma dura realidade do esquecimento pelos seus familiares e/ou parceiros. As unidades penitenciárias perpetuam a opressão e a segregação que essas mulheres já sofrem durante toda a sua vida. A delimitação das suas atividades de produção trabalhistas ofertadas pelas prisões é em sua maioria trabalhos que estão associados ao gênero, ou seja, existe a predominância do patriarcado ao controlar as opções dos exercícios de trabalho.

Conforme os apontamentos realizados, “o sistema penitenciário dos últimos tempos tem sido encarado pelos governantes como uma verdadeira “caixa-preta”. Muito se discute e pouco se sabe sobre sua verdadeira realidade” (Julião, 2007, p. 29). Em concordância a isso, torna-se evidente a necessidade de pesquisar e dialogar sobre esse tema importante e presente na nossa sociedade, especialmente, o Brasil que possui um enorme indicativo de presidiários(as) mundialmente. Ao trazermos isso para a realidade brasileira, pontua-se que há uma delimitação na efetivação de atividades socioeducativas para proporcionar a ressocialização das internas das unidades prisionais femininas.

Nesse sentido, a participação de atividades coletivas dialogadas instiga a curiosidade acerca de temas presentes na sociedade, possibilitando um olhar mais atencioso e crítico para o espaço em que elas estão inseridas. Neste sentido, surge a necessidade em compreender um pouco mais sobre as condições de vida dessas mulheres no espaço das prisões, suas angústias, dificuldades enfrentadas e, e no caso desse estudo, investigar quais são as atividades socioeducacionais desenvolvidas na instituição prisional e as relações de trabalho para ressocialização em desenvolvimento com as detentas.

Essa pesquisa possui como principal base para argumentação teórica os autores: Freire (1996/2022); Ireland (2022); Julião (2007/2009/2020); Machado (2008); Onofre (2016); Souza (2022) e Souza; Ireland (2024). A literatura mencionada possui como principal ponto norteador discutir acerca da educação em prisões. Diante disso, é necessário destacar que as reflexões a serem realizadas sobre como funcionam as relações da EJA e o trabalho desenvolvido na cadeia feminina para a ressocialização dessas mulheres.

Portanto, surge a necessidade de buscar compreender como funciona o desenvolvimento em conjunto dessas duas esferas que são a educação e o trabalho, pois atuam de maneiras distintas, enquanto ao mesmo tempo estão alinhadas para a ressocialização das apenadas. Desse modo, é necessário buscar compreender como funciona a conexão entre essas duas áreas e a sua relevância dentro deste cenário.

A discussão dessa pesquisa, consiste em analisar três capítulos que discutem os objetivos específicos desse estudo. No primeiro capítulo é discutido as práticas de ressocialização que estão presentes no lócus da pesquisa, na discussão é mencionando as atividades socioeducativas existentes na instituição prisional em que foi realizada as entrevistas. Durante todo o capítulo foi explanado a compreensão das entrevistadas em relação as atividades educacionais voltadas para a perspectiva da ressocialização.

A segunda seção discute sobre a ressocialização através das práticas de trabalho desenvolvidas na unidade prisional feminina. É citado pelas próprias detentas entrevistadas os trabalhos disponíveis, logo torna-se necessário sinalizar que se limitam apenas a cozinha, limpeza, entrega de alimentos, água, produtos e outros, e confecção de bolas. Portanto, ficou evidente que existe uma predominância de mulheres que trabalham na confecção de bolas pelo maior número de vagas e,

sobretudo, por existir um número limitado de opções de oferta de trabalho remunerado.

A terceira seção, retrata a discussão voltada as relações de educação e trabalho desenvolvidas na cadeia feminina, perfazendo uma associação discursiva que apresenta o papel da educação dentro do processo de ressocialização desenvolvido nas atividades de trabalho. As respostas fornecidas foram satisfatórias ao reverberarem ponderações significativas para essa pesquisa, além disso, obtivemos relatos relacionados da importância que da participação de atividades com professoras e alunas-extensionistas da UFCG desenvolvem na cadeia feminina.

2. AS RELAÇÕES DE TRABALHO E EDUCAÇÃO DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

A Lei de Execução Penais (LEP) permite que o(a) presidiário(a) detenha o acesso ao trabalho nas unidades prisionais com remuneração e a garantia de remição de pena pelas atividades de trabalho realizadas. O autor Julião (2011) afirma “o trabalho prisional nos dias de hoje passou a representar, em tese, uma possibilidade para a reintegração do preso à sociedade no momento em que ele reconquistar a liberdade” (Julião, 2011, p. 197). O exercício do trabalho nas prisões viabiliza a oportunidade prática da criação de novas habilidades e manuseio de ferramentas diversas, relacionando a promoção de atividades que compactuam para a ressocialização dos seus internos.

Cabe salientar o acesso a condições de trabalho nas instituições prisionais, além das violações que ocorrem e falta de reconhecimento trabalhista de detentos (as) nas prisões. Diante disso, ocorre a presença de empregos com baixa remuneração e alta demanda de serviço, havendo um desgaste mental e físico pelos(as) presos(as) e, assim, a sua maior motivação em muitos casos é a remição de pena.

A autora Souza (2022) discute sobre as atividades de trabalho em penitenciárias femininas da Paraíba, afirmando que:

Embora na cadeia feminina de Cajazeiras estejam trabalhando datas comemorativas, como o Dia Internacional das Mulheres, a confecção de máscaras não se configura como uma política pública de educação (Souza, 2022, p. 57).

Denota-se que essas práticas de trabalho não estão relacionadas de maneira direta ao desenvolvimento socioeducativo, surgindo a ausência de uma formação educativa complementar para essas mulheres.

Existe uma limitação da oferta de trabalhos, essa demanda de máscaras surgiu mediante a alta demanda pelo mercado que ocorreu durante o período da pandemia do COVID-19. Portanto, o uso da mão de obra dessas mulheres é com a perspectiva voltada a atender as necessidades da sociedade, sobretudo, do capitalismo. Essa limitação interfere na capacitação de outros trabalhos que essas mulheres podem

ocupar, além de práticas, socialmente vistas para serem realizadas pelo gênero feminino.

O trabalho nas prisões é um direito assegurado pela LEP para a população prisional, o seu objetivo é proporcionar novas oportunidades para haver uma capacitação profissional mediante o período de ressocialização dos(as) detentos(as). Conforme Cunha (2010), “a educação deve se integrar a uma política séria de qualificação profissional e trabalho no cárcere” (Cunha, 2010, p. 176). É imprescindível haver ações fomentadas para o protagonismo da mulher, fazendo uso de trabalhos que desenvolvam a sua participação autônoma e criativa. A autora Cunha (2010) afirma que o trabalho é visto como uma tarefa para ganhar dinheiro ou “passar” o seu tempo, “[...] como mais uma ocupação para a reeducanda cumprir seu tempo de pena mais tranquila [...]” (Cunha, 2010, p. 176). Dessa forma, a perspectiva de atribuir a capacitação profissional dessas mulheres para, após o cumprimento de pena, estarem qualificadas a buscarem trabalhos formais. Portanto, a ressocialização permite que ao retornar a sociedade, essas mulheres possuam meios de retomar os seus antigos serviços e/ou obtenham acesso a outras opções de trabalho.

De acordo com Maeyer (2013) os trabalhos desenvolvidos nas prisões consolidam-se em não “[...] empregam-se os detentos por um salário pífio em um trabalho repetitivo que não comporta nenhuma dimensão de formação profissional, mesmo informal” (Maeyer, 2013, p. 37). Os trabalhos por serem de caráter exploratório e possuírem má remuneração torna o seu exercício enfadonho e estressante para as detentas, sobretudo, as mulheres que participam de atividades profissionais que não proporcionam a sua capacitação especializada dentro das prisões.

Sob a perspectiva de Braga (2022) a mulher privada de liberdade possui o direito de trabalhar enquanto estiver em cumprimento de pena, visto que a apenas tem direito a cumprimento “[...] da pena em um ambiente que reconheça sua condição feminina” (Braga, 2022, p. 94). As próprias instituições prisionais delimitam as atividades a serem exercidas e existe a diferença entre os gêneros ao selecionar os trabalhos ofertados nas unidades penitenciárias. A autora Souza (2022) menciona que “[...] a lógica do patriarcado impõe o que é trabalho feminino ou masculino. O destaque a esse fato é para apresentar que, enquanto as mulheres confeccionam máscaras, os homens passam a acessar o nível superior de educação” (Souza, 2022, p. 57). A desigualdade entre os gêneros sempre existiu na sociedade, entretanto, percebe-se

que dentro do sistema penitenciário ocorre uma forte influência dos estereótipos relacionados a oferta de trabalhos a homens e mulheres.

Desse modo, a mulher está sujeita a sofrer a negligência e o descaso dos seus direitos enquanto indivíduo social, a prisão para a figura feminina é um ambiente opressor que impossibilita a sua integridade ao calar a sua voz. Em concordância com Lima *et. al.* (2020) a integridade humana é violada quando não existe um respeito por essas pessoas que estão sob condições de cárcere, logo, pode-se mencionar que as mulheres encarceradas no Brasil vivem diante de circunstâncias nefastas e insalubres, perpetuando um cenário de desamparo pelas políticas públicas nacionais.

A falta de infraestrutura e ações governamentais para atender as necessidades específicas como produtos de higiene, berçário e atendimento especializado em diferentes categorias de saúde, ocorre a quebra dos direitos dessas mulheres enquanto cidadãs. Logo, surge a necessidade da existência de uma educação com interfaces de buscar trazer provocações reflexivas, atuando como um ponto de ação educativa que se constitui de acordo com Onofre (2016), “prática social que gera interações de criação do saber por meio de aprendizagens mútuas, ela deve formar pessoas livres e criativas para se reconhecerem responsáveis pelas suas próprias escolhas” (Onofre, 2016, p. 48). Considerando o exposto, é perceptível que deve existir uma educação emancipadora para o reeducando. Sobretudo, trazer ações socioeducativas que desenvolvam provocações relacionadas a questões sobre as condições do ambiente em que estão inseridas e as práticas de trabalho realizadas.

Com base nas ideias de Cunha (2010) “a ação educativa como meio para a ressocialização deve resgatar a dignidade humana das mulheres presas, permitindo a atividade criadora e a construção da autonomia” (Cunha, 2010, p. 176). A educação deve estar interligada a discussão de assuntos que tragam a abordagem de conceitos ou tópicos, associados a realidade social do reeducando, assim se manifesta o processo significativo da formação instrutiva dessas alunas. No que tange a respeito da capacitação profissional, ela não é exceção, pois se torna essencial a oportunidade de discutir conceitos que proporcionem reflexão e consciência de classe entre os trabalhadores.

Ao trazermos para a perspectiva da educação popular e libertadora, é fundamental que essas mulheres privadas de liberdade compreendam o processo educativo para além da sua escolarização. É necessário a oportunidade de discutir e refletir mediante contextos em que estavam inseridas anteriormente, situações que

vivenciaram e/ou presenciaram antes de estarem sob condição de pena. De acordo com Freire (1996) “o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra” (Freire, 1996, p. 50). Dessa maneira, compreende-se que não existe neutralidade quando se diz respeito a educação, o educador deve trazer elementos que concedam uma educação emancipadora e reflexiva. Sobretudo, no espaço prisional onde deve ser ofertado uma dinâmica que relaciona os eixos da educação e do trabalho para a formação de uma consciência social.

Nesse aspecto, torna-se substancial observar o papel da educação nesse cenário, Onofre (2016) destaca: “as interações/relações permitem que os indivíduos se construam, criem suas identidades e se formem para a vida em sociedade a partir do contato com as diversas culturas, crenças, modos de ser, pensar e agir” (Onofre, 2016, p. 47). As interações sociais, advém como um importante meio formativo para que as reeducandas ao decorrer do processo da sua formação de identidade busquem reflexões que estão interligadas a sociedade. Conforme a isso, Cunha (2010) reitera que “[...] a educação recebida pelas apenas interfere no processo de ressocialização, não podemos perder de vista o contexto econômico, social e político vivenciado” (Cunha, 2010, p. 160). A educação para esse público deve buscar trazer elementos que visem trabalhar atividades socioeducacionais que provoquem inquietações acerca das questões de desigualdade racial, social, trabalhistas e de gênero, visto que surgem como um importante meio para ocorrer o crescimento social e crítico dessas mulheres.

Freire (1996) “[...] o educando a ele submetido não está fadado a fenecer; em que pese o ensino “bancário”, que deforma a necessária criatividade do educando e do educador [...]” (Freire, 1996, p. 14). A educação bancária ainda continua instaurada nas salas de aulas do ensino ofertado nas prisões, em muitas instituições segue-se um modelo de ensino voltado para o ensino produtivista. Surge a ausência de um diálogo entre professor e aluno, tornando o ensino rígido e sem a abertura de novas perspectivas para o reeducando que se encontra em processo de ressocialização.

Diante disso, compactuando com as ideias de Freire (2022) “no assistencialismo não há responsabilidade. Não há decisão. Só há gestos que revelam a passividade e “domesticação” do homem” (Freire, 2022, p. 80). O assistencialismo surge como uma maneira de “dominar” e tornar o indivíduo subversivo ao ambiente

que este está inserido socialmente, ou seja, não existe o diálogo-crítico entre homens e mulheres, tornando-os presos a um sistema opressor.

Consequentemente, muitos desafios são postos em pauta no cotidiano dessas jovens e mulheres, dado que as políticas públicas não oferecem todos os recursos garantidos pelas leis vigentes. Essa pauta torna-se necessária a ser apresentada nas discussões realizadas na sala de aula, possibilitando o estímulo ao pensamento crítico e a participação coletiva.

3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PRISÕES

A educação de Jovens e Adultos (EJA) dentro das prisões possibilita que o educando privado de liberdade discuta outros conhecimentos além da alfabetização disposta na sala de aula, dado que “[...] é uma modalidade de ensino que está atrelada ao conceito de Educação Popular [...]” (Ireland, 2022, p. 86). Mediante a isso, a EJA é voltada para as classes populares com ênfase na perspectiva de uma educação popular que proporciona ao reeducando o retorno a sala de aula. Logo, ocorre o ensino partilhado, havendo a troca de diálogo e saberes entre professor e educando.

Essas ideias são discutidas por Freire (1996) ao tratar a educação como um meio para que oprimido saia dessa condição e tornar-se livre das amarras sociais, a partir da quebra das “correntes” que o próprio sistema estabelece. O autor Ireland (2022) afirma: “[...] conceitos que expressam a tensão sobre a possibilidade de desenvolver práticas inspiradas por educação popular em espaços mais formais e institucionais” (Ireland, 2022, p. 86). Assim, tem como principal função trabalhar a criticidade e o diálogo de maneira coletiva, permitindo que homens e mulheres sejam autônomos.

O autor Freire (1996) menciona que a educação é o primeiro passo para uma educação libertadora e emancipadora, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 25). A educação proporciona que os reeducandos criem conhecimentos relacionados as suas experiências nos campos da educação e trabalho. A ressocialização está relacionada a (re)construção de saberes dessas detentas, pois antes de adentrarem ao sistema penitenciário a sua vida na sociedade caracterizava em atividades de trabalhos, sejam jornadas de trabalho remunerado ou tarefas domésticas no lar.

Na Constituição Federal de 1988 é aumentado as responsabilidades do Estado em relação à educação para a EJA, tornando obrigatório o ensino fundamental e gratuito. Enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1971) engloba o ensino para Jovens e adultos na legislação como um dever que contém de forma mais ampla destacando as ações e obrigações que o Estado deverá suprir, ou seja, é atribuído novos deveres e responsabilidades.

As Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (2006), afirma que:

A EJA deve ter uma estrutura flexível e ser capaz de contemplar inovações que tenham conteúdos significativos. Nesta perspectiva, há um tempo diferenciado de aprendizagem e não um tempo único para todos (Brasília, 2006, p. 28).

Nesse sentido, a EJA tem como finalidade o compromisso de formar e capacitar os educandos, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral. Salienta-se que dentro do sistema prisional a atuação das políticas públicas educacionais possibilita que cada educando será atendido e receberá a educação nos níveis de educação básica, a instituição ao trazer a oferta de assistência e orientações pedagógicas.

O sistema penitenciário é um espaço recluso em que a pessoa privada de liberdade cumpre em um determinado período de pena para haver o processo de reintegração a sociedade a partir de práticas educativas. Pode-se citar a LEP, criada em 1984, sob o nº 7.210 que afirma: “os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos” (Brasília, 1984, art. 18, parágrafo 2º). Portanto, torna dever do Estado garantir que as unidades prisionais nacionais tenham salas de aulas para que o presidiário(a) frequente à escola durante o cumprimento de pena.

A LEP assegura como um direito fundamental da pessoa privada de liberdade o acesso a programas educacionais, o intuito desses programas é atingir a reintegração dos presidiários (a) a sociedade. A partir de práticas educativas, sendo estas além do ensino escolar básico, é ofertado atividades que corroboram para o desenvolvimento social e coletivo dessas pessoas para que assim, haja uma troca mútua entre os diferentes saberes existentes naquele espaço. Em concordância com a literatura científica, os autores Freire (2005), Ireland (2022) e Machado (2008) trazem afirmações que a educação popular está interligada a EJA. Diante a esse exposto, as práticas educativas desenvolvidas possuem o intuito de possibilitar o diálogo de maneira crítica, além de manifestar a autonomia dos(as) presidiários(as).

Destaca-se que segundo o site oficial do Governo da Paraíba, em 2020, quatro mil pessoas que estavam em reeducação participaram de atividades voltadas para o trabalho e/ou educação escolar. Nesse sentido, 1.984 estavam na área da educação, enquanto 1.775 em oficinas de cursos profissionalizantes. Observou-se que houve um aumento do acesso aos empregos dentro dos presídios da Paraíba, assim como parcerias realizadas com empresas. O Secretário Sérgio Fonseca de Souza (2021),

faz a seguinte afirmação: “[...] as políticas públicas do governo do estado direcionadas às pessoas privadas de liberdade estão evoluindo nas unidades prisionais, sejam nas penitenciárias ou nas cadeias” (Paraíba, 2021). Apesar de existir um avanço em relação ao número de presidiários(as) acessarem o ensino escolar e participarem dos trabalhos dispostos, as prisões possuem uma estrutura precária, ausência de serviços básicos e em muitas situações ocorre a quebra dos seus direitos enquanto cidadãos. O discurso do referido secretário não menciona as outras camadas existentes dentro das instituições penitenciárias, tendo em vista que a sua realidade é bem diferente.

Diante disso, destacam-se alguns programas e ações realizadas nos últimos anos pelo Estado da Paraíba:

Em parceria com o Instituto Mundo Melhor firmada em outubro do ano passado, teve início a oferta de cursos profissionalizantes para reeducandos. [...] realizar cursos de qualificação profissional e aperfeiçoamento com certificado da UNOPAR. No mês de novembro de 2020 surgiu a – Marcenaria de Móveis Rústicos e outros objetos na cadeia de São João do Cariri. Aos 30 de dezembro, foi inaugurada a Fábrica de Vassouras Ecológicas no presídio Padrão de Santa Rita. Os apenados utilizam garrafas pet. Já a inauguração da oficina Castelo de Bonecas no presídio Feminino de Campina Grande ocorreu em 5 de janeiro de 2021 (Paraíba, 2021).

A iniciativa de ações como essas possibilita que o(a) presidiário(a) tenha novas experiências para o mercado de trabalho. Além disso, a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho durante o período de pena contribui para a sua reintegração e participação na sociedade, no entanto, necessita-se levar em consideração as dificuldades enfrentadas após o cumprimento da pena, considerando que o(a) ex-detento(a) encontra inúmeros obstáculos para conquistar um emprego digno.

Conforme as ideias Ireland (2022) “o direito de todos à educação é ainda uma utopia que ganha novos contornos com a perspectiva da aprendizagem ao longo da vida” (Ireland, 2022, p. 88). Logo, devido à presença de atividades pedagógicas desenvolvidas em alguns dos presídios do Estado da Paraíba que corroboram para ações socioeducativas estão dentro da proposta estabelecida pela LEP, ainda não atingem a todas as pessoas privadas de liberdade.

Diante disso, Onofre (2016) “não se trata, no entanto, de propor uma educação específica para o contexto prisional, mas também não pode ser a mesma educação que já os excluiu” (Onofre, 2016, p. 51). A educação da EJA deve estar alinhada a estratégias que busquem fazer com que os educandos sejam os sujeitos centrais das

aulas, pois de acordo com Freire (2022) é necessário haver “uma educação que possibilite ao homem a discussão corajosa de sua problemática” (Freire, 2022, p. 118), isto significa, portanto, as perguntas problemas e/ou chaves semeadas nos diálogos realizado em sala e, assim, haver um debate crítico a partir de temas pertinentes na sociedade.

A formação pedagógica dos educadores da EJA no ensino superior é pouco abordada e não possui tanta ênfase como as outras etapas da educação, ressalta-se que os sujeitos são educandos que se encontram nas mais diversas situações. Ao considerar a educação ofertada nas instituições prisionais, a EJA deve estar compactuando com o ensino socioeducativo e as práticas de trabalhos desenvolvidas nesse espaço. Machado (2008) afirma que “a maioria dos cursos de formação de professores nos prepara para atuar com o aluno ideal – por que não dizer irreal” (Machado, 2008, p. 165-166). As licenciaturas atualmente ainda possuem inúmeras lacunas a serem preenchidas em sua estrutura curricular, especificamente quando se diz respeito a EJA, uma vez que falta uma preparação mais qualificada para os professores em formação atuarem em espaços não escolares e com o público da EJA composto por um público que possui diferentes saberes.

É pertinente destacar algumas das indagações da autora supracitada, ao questionar especificamente acerca dos alunos que frequentam essa modalidade de ensino escolar.

Conforme isso, Machado (2008) destaca o seguinte:

Por outro lado, como o professor deve proceder para reconhecer e validar os conhecimentos prévios que os alunos da EJA já trazem? Como trabalhar de forma interdisciplinar se as disciplinas continuam sendo “gavetas” isoladas e com tempo mínimo para algumas áreas de conhecimento? (Machado, 2008, p. 165-166).

A modalidade de ensino da EJA é invisível pela sociedade, sobretudo, a educação nas prisões que ocorre ausência de uma capacitação formal adequada para que o professor que atua com esse público. Não existe um “manual” que determina o que deve ser discutido ou como proceder às aulas, a criatividade do docente é posta em prática ao assumir a função de relacionar atividades socioeducativas alinhadas a perspectiva de buscar trazer elementos que contribuem para a ressocialização dos(as) presidiários(as).

Em concordância com Souza (2022), é fundamental que a educação seja relacionada aos princípios de inclusão e humanização. Portanto, faz-se necessário contemplar as pessoas privadas de liberdade ao acesso à educação em instituições prisionais. A educação disponibilizada nas unidades penitenciárias deve buscar ofertar práticas pedagógicas que estejam alinhadas conforme o seu público alvo, visto que cada um destes possuem um contexto social diferente. É pertinente ressaltar que a educação em prisões sofre com as mais diversas situações, pois há outras questões que interferem na sua ação prática, seja a falta de políticas públicas direcionadas a esse setor, a ausência de uma estrutura escolar adequada e/ou pouco investimento de verbas voltadas para a educação em prisões.

A LEP garante aos presidiários (as) o acesso de forma gratuita a participação de atividades socioeducativas como o ensino supletivo nas instituições prisionais para que assim estes tenham a oportunidade de concluírem o ensino básico. As políticas públicas, fornecem e realizam programas educacionais, projetos e cursos visando contribuir para o desenvolvimento pessoal e formativo. Mediante a formação educacional disposta, as presidiárias têm a oportunidade de frequentar atividades socioeducacionais voltadas para a escolarização, atividades recreativas e trabalhos disponibilizados nos centros prisionais. Conforme a participação dessas mulheres nas atividades de trabalho e educação, surge intervenções para ocorrer o processo de ressocialização durante o período de reclusão.

É importante salientar que ao exercer a participação destas atividades é possível obter a remição de pena por leitura, trabalho e por remição de estudos, ou seja, haverá uma diminuição de dias na sua pena como está previsto na LEP. Ireland (2022) afirma: “[..] o direito à educação é absolutamente necessário para garantir o direito de todos a uma educação cuja função não é a de servir como um processo de adaptação e de instrumentalização, mas de preparo para uma vida “convivencial”” (Ireland, 2022, p. 97). Dessa forma, a educação passará a atuar não apenas como um meio de 'ocupar' o tempo das detentas, mas também como um instrumento para o desenvolvimento de atividades que promovam sua formação crítica e reflexiva.

4. NORMATIVAS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PRISÕES

A educação nos presídios é um direito assegurado perante Leis sancionadas e articuladas ao longo dos anos pelo Estado Federativo Brasileiro. Vale destacar alguns desses dispositivos legais destacamos neste estudo: a Constituição Federal (1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1996) e a Lei de Execução Penal – LEP (1984). Conforme mencionado, em âmbito internacional, foi instituída a Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH (1948) que ratifica em conjuntura mais ampla acerca desses direitos. Os Direitos Humanos atuam visando trazer equidade e condições dignas para a população.

Onofre (2016) refere que “a educação é um processo global porque recolhe pedaços dispersos da vida: dá significado ao passado, oferece ferramentas para formular projetos individuais no presente, e ressignifica as perspectivas de futuro” (Onofre, 2016, p. 50). Diante disso, é perceptível que a educação proporciona a oportunidade para a reflexão e a atribuição de novas dinâmicas após o cumprimento de pena. A oferta de atividades socioeducacionais correlacionadas com as práticas de trabalho no espaço prisional possibilita que mulheres privadas de liberdade exerçam o seu direito que está assegurado pela Lei de Execução Penal (LEP) e o acesso à educação que está fomentada na lei nº 7.210 que está vigência desde 1984 na constituição federal brasileira.

No cenário internacional, a Organização das Nações Unidas – UNESCO, que possui como principal objetivo contribuir cooperando nas respectivas áreas da educação, cultura e ciência. Logo, ressalta-se que esse órgão foi um dos principais incentivadores a I Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos ocorreu em Elsinore, na Dinamarca em 1949. Foi realizada alguns anos após o final da 2ª Guerra Mundial sob o incentivo da UNESCO. De acordo com Haddad; Di Pierro (2000), ao final da Guerra tinha uma preocupação em relação à desigualdade entre os países e destacava a importância que a educação deveria exercer para suprir esses problemas, principalmente a educação para adultos, pois tinham várias nações que eram consideradas “atrasadas” nesse cenário educacional e necessitava ter um aumento e melhoramento do índice na educação básica.

A UNESCO atua como principal mediador entre as nações para garantir e discutir os direitos humanos, sociais, políticos e educacionais. Esse órgão atua de

forma ativa para o auxílio do incentivo de medidas para a expansão da educação, atendendo assim, a todos os níveis escolares, em especial aqueles que necessitam de um maior destaque. Entretanto, é importante mencionar a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 criada em 2015, pela Organização das Nações Unidas (ONU) que visa buscar melhoras para a educação no âmbito global, porém, surge uma crítica as suas metas, especificamente a meta 4 que não menciona a EJA.

A meta 4 faz as seguintes afirmações: “assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade que promova oportunidades de aprendizagem para todos ao longo de suas vidas”. O autor Ireland (2022) acentua que “foca a questão da educação, mas, eloquentemente, deixou de fora qualquer menção ao papel da educação de adultos” (Ireland, 2022, p. 86). Nesse sentido, é possível observar que a preparação da formação de professores como foi citado no capítulo anterior reverbera também na falta de investimento e medidas de ações para o público da EJA, tornando-se assim, um modelo de ensino que recebe pouco investimento e reconhecimento pelas entidades governamentais e internacionais.

É relevante destacar que um dos projetos que continua em funcionamento desde a sua criação, é o Projeto Educando para a Liberdade criado em 2005, foi desenvolvido no Brasil com o apoio da UNESCO para iniciar a inserção da educação nas prisões. O então projeto consistia em proporcionar um ambiente favorável para que houvesse uma ampliação na escolarização e um sistema que oferecesse uma educação de qualidade nessas instituições, o projeto contou com inúmeros órgãos e a colaboração de diferentes setores públicos para a realização dessas atividades, sendo estes a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), do Ministério da Educação (MEC), e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do Ministério da Justiça (MJ) (Brasília, 2009).

Cabe frisar que a destituição da SECADI, na qual foi criada em 2004 através do decreto 5.159. A sua atuação foi uma das mais importantes para a educação em prisões, visto que corroborou de maneira significativa para a EJA nesse cenário. Entretanto, foi extinta após os primeiros meses do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. De acordo com Jakimiu (2021) a sua extinção ocorreu “no ano de 2019, em consonância com a agenda neoliberal anunciada, Jair Bolsonaro aprova o Decreto 9.465 que altera a estrutura administrativa do Ministério da Educação e extingue a SECADI” (Jakimiu, 2021, p. 129), isto reverberou de maneira negativa após a sua

extinção, tendo em vista que causou inúmeros impactos negativos ao que diz respeito à educação.

Nesse sentido, compactuando com as ideias de Souza (2022) ao “acolher o público de privados de liberdade, reitera a luta pelo acesso à educação de qualidade dos apenados, que passam a fazer parte de um público também à margem” (Souza, 2022, p. 31). Essas pessoas já estão à margem da nossa sociedade, portanto, a educação nesse espaço não deve ser configurada apenas em ser reprodutivista de conteúdo. Diante disso, Souza (2022) reforça a ideia de “[...] que a EJA tem em seu escopo atingir diferentes grupos, que partilham na essência os processos de exclusão dos sistemas educativos” (Souza, 2022, p. 31). A educação de jovens e adultos atua como princípio formador de acolher essas pessoas que outrora foram excluídas socialmente, resultando na possibilidade do retorno a escola.

A SECADI criou o Projeto Educando para a Liberdade, os resultados obtidos foram positivos para a população carcerária do Brasil. A princípio foi organizado visitas às instituições que foram beneficiadas com o programa para averiguar as condições da sua implementação. Em consequência, foi elaborado oficinas e atividades a serem desenvolvidas com o público alvo. Uma das estratégias a serem inseridas foram ciclos de seminários regionais e que logo se ampliou para seminários nacionais, cujo os seus participantes configuravam-se em gestores, agentes penitenciários, educadores, especialistas e pesquisadores. Vale mencionar que esses eventos estão armazenados em registros de documentados e gravados disponibilizados para os detentos poderem ter acesso e ouvir.

O resultado dessa reunião rendeu como fruto a idealização de três (3) eixos para atuação prioritária, sendo esses:

[...] Eixo 1- Gestão, articulação e mobilização; Eixo 2: Formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta; Eixo 3: Aspectos pedagógicos. [...] as sugestões tomaram corpo na forma de Diretrizes para Educação de Jovens e Adultos nas Prisões, as quais indicam propostas para os governos e outros envolvidos na oferta de EJA nas unidades prisionais ordenadas de acordo com os três eixos acordados. Um desdobramento necessário seria a concretização dessas orientações em práticas institucionalizadas nos estados (Brasília, 2009, p. 27).

Conforme foi estabelecido nesse novo plano, a educação da EJA ganhou mais autonomia, a participação coletiva desses sujeitos nesse processo educativo, visando

o desenvolvimento da cidadania e capacitação para a ocupação profissional (Brasília, 2009). Diante desse cenário e contexto onde ocorrem as práticas educacionais, é importante ressaltar que para além do cumprimento de pena, é necessário promover atividades que contribuam para o amadurecimento da autoestima das pessoas privadas de liberdade, visto que o papel da reintegração social não se limita apenas a discutir e propagar exercícios educativos surge à necessidade de trabalhar o aspecto emocional e psicológico da pessoa encarcerada.

Os autores Souza; Ireland (2024) abordam sobre essa questão, ao mencionarem a importância de diferentes artefatos para chamar atenção das pessoas privadas de liberdade, uma vez que o ambiente não instiga a sua autonomia como ser crítico e o limita apenas aos recursos e meios daquele espaço.

Surge então a necessidade de diferentes práticas socioeducativas para trabalhar nesse espaço, a exemplo disso, é mostrar que o espaço escolar pode estar interligado para além do cumprimento de pena, visto que ao participar das atividades estará contribuindo para o amadurecimento da sua autoestima e senso crítico. Souza; Ireland (2024) menciona a importância da permanência de projeto socioeducacionais nas prisões é essencial para haver a troca de diálogo e desenvolver a criticidade das pessoas privadas de liberdade, visto que “[...] projetos são os que na estrutura abordam leituras e debates com temáticas educativas, sejam sobre direitos humanos e diversidade dentre outros eixos temáticos” (Souza; Ireland, 2024, p. 245).

Na última década as políticas públicas governamentais através do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tomaram a iniciativa de criar o Programa Fazendo Justiça, para “qualificar a aplicação das penas e medidas, garantir dignidade e cidadania às pessoas privadas de liberdade, em alternativas penais e egressas dos sistemas, e melhorar a capacidade de gestão da política judiciária” (Brasília, 2022, p. 47).

O público alvo desse projeto contempla aproximadamente 800 mil presidiários e 140 mil adolescentes no sistema socioeducativo, incluindo os meios abertos e fechados. Segundo os dados e documentos mais atuais que o CNJ disponibiliza, atualmente o programa se encontra na sua terceira fase que foi desenvolvida no ano de 2022/2023. De forma simultânea e contínua, é executado vinte e oito (28) ações com o objetivo e foco concreto em atingir as metas estabelecidas a médio e longo prazo.

É importante destacar as ações realizadas no âmbito da cidadania nos presídios:

Em relação às ações de cidadania nos presídios, temos 39 unidades de escritório social implantadas em 22 unidades da federação, 106 bolsas de estudo ofertadas, mais de 4 mil downloads do aplicativo do escritório social virtual e a implantação de seis Redes de atenção a pessoas egressas. Houve, ainda, a conclusão da cartilha sobre trabalho e renda para pessoas privadas de liberdade e egressos e a elaboração do manual de atenção e cuidados às pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei no âmbito do Judiciário (Brasília, 2022, p. 48).

A inserção do programa supracitado, corrobora para o desenvolvimento de medidas para a diminuição do alto número de detentos e para o seguimento de medidas que englobam a aplicação de novos parâmetros curriculares a serem desenvolvidos dentro dessas instituições. Em razão disso, ao fazermos uma breve análise e comparação histórica com as informações discutidas nos itens anteriores, é possível identificar os avanços que o sistema prisional tem obtido ao longo das últimas décadas através da implementação de novos projetos que contemplem os aspectos educativos e sociais.

No entanto, mesmo diante de todos os avanços, o sistema prisional possui inúmeras lacunas, com relação a ressocialização por educação, a educação para adultos e a extensão de projetos socioeducativos, tendo em vista que, esses preceitos são muito densos e demanda um longo prazo para atingir os resultados esperados.

Doravante a isso, observa-se que no sistema socioeducativo foi realizado até então:

[...] Já localizamos 13 Unidades da Federação com a instalação de centrais de vagas, sete com centrais de pós-medida socioeducativa e 15 com audiências concentradas em andamento. É possível apontar, também, a realização de cinco eventos das Jornadas Formativas, sobre os temas: Central de Vagas, Audiências Concentradas e Programa Pós-Medida. Além disso, foi concluído o manual para qualificação do atendimento inicial e integrado a adolescente a quem se atribui prática de ato infracional (Brasília, 2022, p. 49).

Em conformidade aos dados apontados, algumas dessas instituições continuam em estado de andamento, sendo estas no Estado da Paraíba uma Central de Vagas, Pós-Medida Socioeducativa (POS-MSE) e Atendimento Inicial, essa última

será realizado os atendimentos nas cidades de João Pessoa, Campina Grande e Sousa; em relação aos serviços implantados no referido Estado, os que se encontram aptos e em funcionamento são a Audiência Concentrada (Brasília, 2022).

Conforme os andamentos desses projetos ocorrem e se articulam de forma gradual, não atinge todas as unidades prisionais da Paraíba e, principalmente, em âmbito nacional, apenas os maiores centros foram laureados para participarem dessas ações, em decorrência da diminuição e reinserção dessas pessoas em sociedade espera-se que isto, deixe de se tornar uma lacuna nesse setor visto que não atende todas as instituições. As políticas públicas governamentais por meio de ações como essas permite a abertura de novos caminhos para os cidadãos encarcerados, pois a elaboração de atividades como essas permitem uma nova perspectiva e olhar para os homens e mulheres das instituições prisionais.

Em concordância a isso, a educação em prisões é um direito garantido a todos e deve ser de acesso gratuito. Dessa maneira, pode-se mencionar que a presença da educação nas unidades prisionais torna-se uma aliada indispensável durante o processo de ressocialização. Uma vez que corrobora como um instrumento de conhecimento educacional e formação crítica para essas educandas. Em alinhamento a concepção de Freire (1986), a educação atua na perspectiva de estimular a criticidade, autonomia e, sobretudo, fazer uma leitura de mundo sensível ao trabalhar com a realidade dessas mulheres.

5. METODOLOGIA

O *locus* desse estudo é a Cadeia Pública Feminina de Cajazeiras – PB e tem como sujeitos da pesquisa as mulheres privadas de liberdade. O objetivo central dessa pesquisa é analisar a Educação de Jovens e Adultos – EJA e as relações de trabalho desenvolvidas na cadeia feminina de Cajazeiras. Dessa forma, surge como necessidade discutir as atividades socioeducativas vinculadas ao trabalho e à educação, sendo estas fundamentais para a ressocialização das mulheres privadas de liberdade.

Esse trabalho é respaldado na pesquisa de campo, sendo esta realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras – PB. Em consonância com o autor Gil (2008) “[...] o estudo de campo apresenta maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa” (Gil, 2008, p. 57). Conforme o exposto, o procedimento científico promove uma maior facilidade para compreender o meio social em que os indivíduos convidados a participarem da pesquisa estão inseridos. Essa flexibilidade demonstra uma maior adaptação do pesquisador ao ambiente em que pesquisa será realizada.

O estudo é respaldado na abordagem qualitativa, conforme Creswell (2010) "a pesquisa qualitativa é uma pesquisa interpretativa, com o investigador tipicamente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes" (Creswell, 2010, p. 211). Nesse sentido, o objetivo da escolha dessa abordagem, compactua com a necessidade de compreender as nuances sociais do ambiente a ser investigado. Diante disso, entrelaçando com o objetivo desse estudo, possui a perspectiva de buscar analisar a Educação de Jovens e Adultos e as relações de trabalho para a ressocialização desenvolvidas na cadeia feminina de Cajazeiras.

Portanto, justifica-se o motivo da escolha da abordagem qualitativa, conforme essa abordagem de análise compactua, visando analisar relações de trabalho para ressocialização na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos (EJA) desenvolvidas na cadeia feminina de Cajazeiras.

A pesquisa foi realizada na cadeia feminina de Cajazeiras, teve como sujeitos da pesquisa quatro (04) mulheres privadas de liberdade, tendo como problemática de pesquisa como a Educação de Jovens e Adultos pode colaborar nas práticas de ressocialização desenvolvidas na cadeia feminina de Cajazeiras? Para a coleta de dados, foi realizado entrevistas semiestruturada. Conforme Gil (2008) os benefícios

da entrevista são diversos, uma vez que é possível observar as expressões corporais e a entonação da voz do sujeito participante. Além disso, permite ao entrevistador adaptar as perguntas com base nas respostas do entrevistado, tornando a entrevista mais rica em informações e dados obtidos.

Foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que assegura o uso das informações obtidas nesta pesquisa apenas para fins científicos. E, sobretudo, a garantia da preservação da sua imagem, identidade, respostas da entrevista, sendo sempre reforçado que caso algum dos participantes queira desistir, possui total liberdade e foi informado que não ocorrerá nenhum prejuízo para o sujeito em questão. Para a identificação, foram utilizados nomes fictícios baseados em nomes de flores, escolhidos pelas mulheres entrevistadas. É importante reiterar que a realização desse procedimento está de acordo com às exigências das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

A análise dos dados obtidos nas entrevistas será realizada de forma simples, considerando os eixos temáticos frequentes nas respostas dos entrevistados. Este formato de análise consiste em identificar os dados obtidos conforme a resposta das participantes. Os autores, Gomes *et. al.* (2002) mencionam que “a análise e a interpretação estão contidas no mesmo movimento: o de olhar atentamente para os dados da pesquisa” (Gomes *et. al.*, 2002, p. 68). Enquanto ocorre essa ação conjunta, o entrevistador examina os subsídios obtidos e, através disso, consegue interpretar o significado das suas respostas conforme observa de maneira crítica-reflexiva os dados adquiridos.

1ª SEÇÃO – AS PRÁTICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DESENVOLVIDAS NA CADEIA FEMININA

Os métodos punitivos sempre foram artifícios a serem utilizados como estratégias de mostrar quem estava acima do poder daquele território, logo, ao assumir o controle do indivíduo mais “fraco” subjugando-o por meio de amostras públicas de punição tornava-se um ato de poder para aqueles que o detinham. Ao decorrer da história configuraram-se métodos de tratamento aos homens e mulheres

sob condições de pena, surgindo a ratificação de leis para ordem social dentro e fora desses espaços. Em detrimento a isso, historicamente fez-se necessário a construção de cada vez mais penitenciárias no cenário mundial para abrigar o crescente número de detentos (as) em razão do aumento dos índices de criminalidade (Foucault, 2014).

Davis (2018) menciona que “a prisão é considerada algo tão “natural” que é extremamente difícil imaginar a vida sem ela” (Davis, 2018, p. 10). Desde a antiguidade a sociedade sempre lidou de maneira normal com os atos de tortura, punição e a reclusão de outro ser humano. Sendo essas práticas consideradas desumanas e viola a dignidade do cidadão que sofre com esses atos de violência psicológica e física.

Em referência as ideias do autor Julião (2020), é mencionado o seguinte:

“[...] desde os tempos remotos, organizou-se um sistema judiciário e coercitivo, julgado necessário e adequado para a defesa dos direitos privados e/ou lições, punindo de diversas maneiras os que eram considerados injustos agressores” (Julião, 2020, p. 73).

O exposto citado, traz que as instituições prisionais possuem como objetivo o controle social de pessoas que não se enquadram nos padrões sociais estabelecidos. Ademais, Foucault (2014) assinala que as instituições prisionais perpetuam características associadas ao adestramento em massa para criar corpos dóceis. Para Julião (2020), “não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar a sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, acessar somente após a obtenção de tais modificações” (Julião, 2020, p. 73). A prisão busca “remodelar” e seguir um determinado padrão social, podendo esses homens e mulheres a tornarem-se meros objetos melhorados para serem reinseridos socialmente. Diante disso, surge a seguinte inquietação dessa pesquisa, visto que um dos objetivos consistem em identificar as práticas de ressocialização desenvolvidas na Cadeia Pública Feminina de Cajazeiras, na Paraíba.

Em consequência das mudanças globais, sociais e a criação de entidades governamentais que visam o bem-estar da população mundial, seja as pessoas em liberdade ou em reclusão. Ao discutirmos especificamente sobre isso, é importante frisar a Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos realizada em 1987, sendo está palco importante ao declarar e assumir a responsabilidade da educação para jovens e adultos.

Não é apenas um direito, mas também um dever e uma responsabilidade para com os outros e com toda a sociedade. É fundamental que o reconhecimento do direito à educação continuada durante a vida seja acompanhado de medidas que garantam as condições necessárias para o exercício desse direito (Brasília, 1997, p. 02).

Salienta-se a educação proposta engloba a todos, incluindo aqueles que estão privados de liberdade. Nesse sentido, pode-se mencionar que a educação ofertada nas prisões, surge com a pauta de uma discussão dividida entre um investimento que deve ser realizado com o intuito de um retorno posterior ou na perspectiva de muitos, é dito o discurso que é algo “inútil” a ser concebido as verbas públicas para esse setor educacional.

Diante da perspectiva da história mundial, uma determinada parcela da humanidade são de oprimidos por aqueles que estão no controle social. Nesse sentido, Foucault (2014) “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos de econômicos de utilidade) e diminuiu essa mesma força (em termos políticos de obediência)” (Foucault, 2014, p. 135-136). O sistema penitenciário, desde a sua idealização, tem sido um ambiente que perpetua a opressão, muitas vezes realizando práticas análogas ao trabalho escravo. Essas instituições, a princípio, não buscavam promover a ressocialização social, agravando conseqüentemente a exclusão e a marginalização de pessoas privadas de liberdade, perpetuando um ciclo de desigualdade e injustiça.

De acordo com Davis (2018) “o encarceramento se tornou a maneira primária de punição imposta pelo Estado, estava intimamente relacionado à ascensão do capitalismo” (Davis, 2018, p. 46). O próprio sistema capitalista é constituído na exploração daqueles que servem as grandes indústrias, ao utilizar-se de mão de obra escrava barata disponibilizada nas prisões o lucro do capital é cada vez mais alto.

É identificado durante a análise desse trabalho, quando é citado pelas próprias detentas da Cadeia Feminina a alta demanda de trabalho e a ausência de atividades socioeducativas que estão interligadas para a ressocialização dessas mulheres. Julião (2007) enfatiza que a perspectiva da prisão é utilizar desses corpos descartados como “quebrados” para suprir as demandas que estão em ausência além das paredes da prisão.

Após essa breve contextualização introdutória, surge a necessidade de compreendermos o significado de ressocialização perante o dicionário e a própria literatura científica. A definição de ressocialização é determinada em:

Socializar-se novamente; voltar a fazer parte de uma sociedade: ressocializou o cidadão banido; ressocializou-se por amor à pátria. [Por Extensão] Voltar a possuir um convívio social: o professor ressocializou o aluno; ressocializou-se na empresa. Etimologia (origem da palavra ressocializar). Re + socializar (Dicionário Online de português).

Em concordância com a definição apresentada do que seria ressocialização, conclui-se que significa retornar a sociedade após um período de exclusão e/ou afastamento, após a reflexão acerca dos seus atos cometidos. Nesse sentido, as ações de ressocialização estão associadas a medidas socioeducacionais voltadas especificamente para a população carcerária, visto que segundo Julião (2009) “[...] o interno volte à sociedade disposto a aceitar e seguir as normas e as regras sociais” (Julião, 2009, p. 67). Portanto, são estratégias voltadas para esse público visam buscar meios para evitar a reincidência de ex-detentos(as) nas instituições prisionais.

Os objetivos dessa pesquisa são respaldados, na discussão que contempla a identificação das práticas de ressocialização na Cadeia Feminina de Cajazeiras – PB. É pertinente destacar alguns dos subsídios obtidos a partir do questionamento sobre o que as mulheres privadas de liberdade compreendem sobre a ressocialização.

Ressocialização é se adaptar a sociedade novamente. Eu penso que seja isso, né?! É (pausa). Aproveita que tá aqui, né... Para poder voltar para sociedade, né. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Tulipa, 2024).

Conforme descrito, torna-se evidente a necessidade de observar que através da sua afirmação a ressocialização é algo bom para as pessoas privadas de liberdade e, sobretudo, corrobora para que após o cumprimento de pena os frutos sejam positivos mediante o período em reclusão.

Em concordância com o autor Julião (2009):

A execução da pena deve estar programada a corresponder a ideia de humanizar, além de punir, afastando-se da pretensão de reduzir o cumprimento da pena a um simples processo de transformação científica do criminoso em não criminoso (Julião, 2009, p. 59).

É relevante refletir sobre quais meios são utilizados para que isso seja de fato possível ser alcançado, tendo em vista que é um processo lento e que ocorre mediante diversas estratégias de projetos desenvolvidos no sistema prisional. Consoante as ideias do autor Julião (2009) a ressocialização é proposta e marcada com meios de atividades voltadas para área socioeducacional de reinserir pessoas reclusas de liberdade a sociedade novamente. Essas atividades são voltadas para a remição pela participação na escola, realização da leitura e pelo trabalho realizado dentro da instituição, onde fica à disposição e critério das unidades prisionais buscar estes últimos para oferecer.

Além disso, segundo a LEP, é possível ter acesso à remição de pena durante o acesso dessas atividades, pode-se mencionar a Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, que assegura através da criação desses dispositivos legais os direitos e deveres do Estado com a população carcerária. Conforme o art. 126, é apresentado em sua definição que “o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena”. Mediante o relato das mulheres entrevistadas, é observado menções a respeito de como funciona essas atividades de remição de pena na instituição prisional.

Salientam-se os subsídios adquiridos por intermédio das indagações sobre quais são os trabalhos ofertados para as mulheres privadas de liberdade da instituição prisional.

Remição de livro, remição de bola e remição de escola. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Jaborandi, 2024).

Os trabalhos? Tem a cozinha, tem a correria e tem bola para fazer. Que a gente faz bola de futebol. E sobre remição, essas coisas. A gente ganha a partir de bola, livros. Lê livros e faz o resumo do livro do que você leu naquele livro. A escola aí, outras já ganha na cozinha. Outras já ganha na correria, ou seja, pagando almoço, janta, água, faz isso aí. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Girassol, 2024).

Eu sou coordenadora das bolas. As bolas cada pessoa que pega, cada bola é o valor de quatro e quarenta (R\$ 4,40 - 4 reais e 40 centavos). Quatro e quarenta cada bola. De cada três bolas feitas você ganha é um dia remido. No caso, trinta bolas são dez dias remido. O máximo que pode pegar sete são trinta bolas. Tem o colégio também, tem um colégio e tem os livros também. Não, tinha a bolsa. Mas o projeto das

bolsas. Mas só que não está tendo mais. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Tulipa, 2024).

Tem as bolas, têm os livros. É remição, o resumo do livro. Tem a... (pausa), sei lá o que mais... (pausa). Tem... (pausa) fazendo bola (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Catléia, 2024).

É importante destacar que as detentas compreendam os seus direitos garantidos pela LEP, que assegura a remição de pena por meio de três atividades mencionadas realizadas na cadeia feminina. No que tange à legislação, torna-se essencial que haja uma compreensão clara das principais leis e artigos para possam exigir corretamente das autoridades o cumprimento de seus direitos, mesmo enquanto estão sob condições de privação de liberdade.

É oportuno mencionar, que é realizado um relato pessoal da entrevistada Catléia (2024), durante esse momento é realizada a confirmação da importância que essas atividades socioeducacionais trazem para as mulheres durante o período de cumprimento de pena. Ao ser questionada sobre o que compreendem acerca da ressocialização, foi exposto o seguinte relato:

Ressocialização é a gente eu para mim eu entendo assim a gente parar, ver onde a gente está errando e quando sair, sair outra pessoa. Sem está, tipo, eu fui presa por furto. Hoje aqui tem hora que quando eu lembro eu tenho vergonha de mim mesmo. Porque eu não precisaria fazer isso, até porque graças a Deus eu gosto muito de eu gostava muito é de trabalhar, gostava não, eu gosto, né?! Gosto muito de trabalhar. Eu gosto de correr atrás daquilo que eu quero, e através de cair nas drogas. Fui roubar. Fui arrombar loja, pegar no que dos outros que eu vejo que ali também é suado. Que eles soam para ter aquilo. Hoje mesmo eu tenho, hoje eu tenho vergonha de mim mesma. Aí eu acho assim, ressocialização é isso, né?! A gente aprender com nossos próprios erros. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Catléia, 2024).

Percebe-se a sensibilidade e o peso que a reintegração possui para a vida dessas mulheres privadas de liberdade. Em decorrência que a partir do exposto realizado, torna-se evidente a importância que a ressocialização corrobora para a reflexão dos delitos cometidos. Ressalta-se, outro elemento importante que são as circunstâncias nas quais se encontrava antes da prisão. Observa-se que através do consumo de drogas, tornou-se ocasionalmente desempregada e dependente. Portanto, a ausência da droga ilícita provocou a prática de furto para suprir as

necessidades da abstinência. Na sociedade brasileira isso é algo comum e são fatores sociais que estão presentes no dia a dia de milhares de homens e mulheres brasileiros.

Catléia (2024) menciona “quando lembro tenho vergonha de mim mesma”; além da culpa e vergonha que existe, ainda existem diversos fatores externos de julgamento com essas mulheres. A autora Davis (2018) enfatiza que a sociedade determina quem deve obter benefícios de ser cidadão, “[...] uma vez criminoso, sempre criminoso, o que implica a perda do status de cidadão detentor de direitos” (Davis, 2018, p. 40). Surge a concepção enraizada e estereotipada que os(as) preso(as) após cometer algum delito, são inaptos de mudarem e tornarem-se pessoas que não vão cometer os mesmos delitos. O estigma da existência de uma “mancha” invisível, sendo essa colocada naqueles que estão e/ou passaram pelo sistema prisional.

Segundo a percepção de Davis (2018), a reintegração social é um processo de diversas camadas e que não ocorre de maneira simples como é proposto, pois o(a) ex-presidiário(a) depara-se com inúmeros obstáculos para ocorrer a reinserção social. O preconceito com a população carcerária está intrinsecamente enraizado socialmente há séculos, sempre deteve em sua maioria a marginalização social e exclusão de pessoas negras, pobres e, especificamente, aqueles que cometiam algum delito como roubo por alimento devido às circunstâncias de pobreza extrema que perpétua até os dias atuais.

Vale mencionar que uma das entrevistadas possui uma perspectiva diferente mediante o questionamento realizado sobre o que elas compreendem acerca da ressocialização.

Só na aula mesmo, a prática da bola não leva a isso não. Não. Não há, até porque ninguém vai... (pausa, pensou um pouco e reformulou). Aqui as presas passam de dia e de noite fazendo bola, eu creio que quando saírem não vão pegar numa agulha para fazer bola não. É restrita aqui. Especificamente aqui. Mas a prática da bola aqui nenhuma vai levar para a rua não. Até porque é muito difícil. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Jaborandi, 2024).

Ao analisar a fala da entrevistada Jaborandi (2024) é observado que não existe menção de resquícios de ressocialização através dos trabalhos desenvolvidos na cadeia feminina. É afirmado por Jaborandi (2024) que não existe essa relação entre

educação e trabalho, ocorrem apenas orientações correspondentes a ressocialização no setor educativo.

Julião (2009) detona o seguinte:

A educação pode vir a assumir papel de destaque, pois, além dos benefícios da instrução escolar, o preso pode vir a participar de um processo de modificação capaz de melhorar sua visão de mundo, contribuindo para a formação de senso crítico [...] (Julião, 2009, p. 20-21).

Portanto, compreende-se que a educação no sistema penitenciário é uma importante aliada durante o processo de ressocialização, tendo em vista que corrobora para que o(a) detento(a) busque novos horizontes durante esse momento de reflexão e desenvolvimento de atividades socioeducacionais. Outro aspecto a ser destacado é a menção que o trabalho desenvolvido é um exercício repetitivo e desgastante, afinal é uma prática que de acordo com Jaborandi (2024) “porque é muito difícil”. O trabalho realizado no ambiente prisional deve ter a perspectiva da ressocialização interligada com a proposta de trazer condições socioeducativas para possibilitar a autonomia e criatividade dessas mulheres.

Wacquant (2004), apresenta no seguinte trecho uma importante reflexão a ser realizada acerca do trabalho desenvolvido nas prisões:

[...] o mercado de trabalho [...], que é o de acelerar o desenvolvimento do trabalho assalariado de miséria e da economia informal, produzindo incessantemente um grande contingente de mão-de-obra submissa disponível: os antigos detentos não podem pretender senão os empregos degradados e degradantes, em razão de seu status judicial infamante (Wacquant, 2004, p. 64).

O trabalho ofertado trata-se de um meio de exploração camuflado que não traz benefícios além da própria empresa, afinal o capitalismo tem como principal objetivo utilizar-se da mão de obra barata e ao observar é possível identificar que é encontrada nas prisões inúmeras pessoas para a sua realização sem a necessidade de capacitação e/ou necessidade de pagar um salário digno para o trabalhador. Assim, os gastos da empresa serão mínimos quando se diz respeito aos “funcionários” em reclusão.

Jaborandi (2024) menciona: “quando saírem não vão pegar numa agulha para fazer bola não”. Ao refletirmos mediante o exposto, é pertinente ressaltar que a mulher

ao retornar a sociedade, se submeterá a trabalhos subalternos e/ou com péssima remuneração. Em virtude de ser algo que é considerado mais fácil e devido às circunstâncias de julgamento em que se encontram a princípio, em alguns casos isso perpétua ao decorrer da sua vida, portanto, essa readaptação social não é simples.

Desse modo, ao indagar sobre o que elas compreendem sobre ressocialização, obtiveram-se outros subsídios pertinentes das coletas de dados. A próxima resposta traz algumas reflexões interessantes que fazem uma correlação entre as relações conjugais e a ressocialização.

Rapaz... (pausa) é como eu digo, quando eu estava na rua, eu trabalhei de carteira assinada. Eu sou recepcionista. Eu tenho a minha carteira assinada. Eu vim aqui por outras pessoas, está entendendo? Eu vivo e não vivo. Mas eu não tinha nada a ver. Eu estou aqui por causa de outra pessoa, mas eu tenho meu trabalho. Eu gosto de viver a minha vida calma. Mas é como eu disse, eu estava no lugar errado e na hora errada. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Girassol, 2024).

A mulher durante o relacionamento, depara-se em situações que as levam a participar das atividades ilegais do parceiro. Em consequência, assume a responsabilidade do homem, pois como Girassol (2024) menciona: “estava no lugar errado e na hora errada”. A mulher é colocada como um objeto de manobra para que o cônjuge não seja preso. Outro importante aspecto a ser observado é a influência que o companheiro pode possuir para a sua entrada no mundo do crime e/ou o envolvimento com atividades ilícitas.

As autoras Davim; Lima (2016) assinalam que “dessa forma, muitas já estão envolvidas demais para assumir a relação como erro e sentem que o melhor a fazer é apoiar o marido, ocorrendo à entrada gradativa no mundo do crime” (Davim; Lima, 2016, p. 141). O próprio medo em muitos casos as impõe a obedecer e a dar seguimento a relação. Vale ressaltar os favores e/ou ameaças a participarem das atividades ilegais, como o próprio tráfico de drogas ajudando transportar drogas dentro do corpo. Em concordância com Davim; Lima (2016), a figura feminina sempre é vista como frágil e incapaz de cometer crimes.

Conforme as reflexões da autora Davis (2018), as consequências da prisão são inúmeras para as mulheres, é algo que se torna presente desde o período de cumprimento de pena, o ambiente que as oprime, tirando os traços do cuidado feminino. A mulher além dessa quebra social dos cuidados de higiene básica, estão

sujeitas durante ao seu ingresso a prisão, ao abandono pela própria família e o cônjuge. A sociedade é excludente e fazem-se críticas com mulheres que estão sob cumprimento de pena e/ou foram presas.

A idealização que é imposta a mulher, deve seguir a instrução de ser dócil, frágil, obediente e, especialmente, assumir o papel de mãe e/ou esposa exemplar. Ao entrar na prisão, a mulher quebra essa imagem e torna-se alguém incapaz de restaurar a sua feminilidade quando retorna à sua liberdade, pelo motivo de que o ambiente irá as remodelar a serem mais rígidas consigo mesmas, tornando-as diferentes de quando adentrou a prisão. O ambiente que as oprime é ocasionado pelos próprios conflitos com companheiras de cela e/ou pelo tratamento machista e repulsivo que alguns dos próprios carcereiros possuem com a mulher privada de liberdade.

A mulher após ser presa, surge a ruptura do paradigma de que toda mulher deve seguir a feminilidade. Em consequência, ocorre a perda de laços entre a maternidade e família de maneira forçada e abrupta. São inúmeras barreiras existentes que são deterministas, para que a reintegração social falhar com as mulheres. O cumprimento de pena é um período com adversidades a serem enfrentadas nas penitenciárias, entretanto, o retorno a sua rotina de trabalho e do lar são uma nova realidade para essas mulheres. Outro fator contribuinte para a mulher retornar as atividades ilícitas, é ausência de uma rede de apoio governamental e familiar para buscar novas condições de trabalho.

Quando trazemos os apontamentos realizados anteriormente com a fala da Jaborandi (2024) acerca da confecção de bolas realizada na Cadeia Feminina e, sobretudo, a reflexão obtida com as ideias de Wacquant (2004) que entrelaçam ambas as falas de Jaborandi (2024) e Girassol (2024), pode-se afirmar que a mulher privada de liberdade está restrita a uma série de eventos que a impedem de retornar a sua antiga vida, especialmente, quando se diz respeito ao setor emprego, pois como foi bem discutido, as ofertas de trabalho tornam-se restritas e cada vez possui menos opções oferecidas.

Afirma-se que a partir das respostas discorridas que todas as quatro (04) mulheres entrevistadas entram em consenso quando se diz respeito que a educação é um importante atributo para a ressocialização. Em prosseguimento a isso, destacam-se os subsídios obtidos mediante ao questionamento sobre as contribuições entre o trabalho e a educação na cadeia feminina:

Tem. Tem sim. Até porque você tem que ter um tipo de... (pausa) como é que se diz? De distração mentalmente. De distração porque para você ressocializar com as pessoas lá fora. Porque se você ficar aqui parado você não vai sair de onde você chegou, né?! Até porque você vai sair do mesmo jeito que entrou. (Entrevistada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Jaborandi, 2024).

A escola. E o projeto de extensão o feminino aprisionado (sorri). Isso (pausa), ensina muitas coisas. A gente se sente bem. Só em ter uma pessoa nos escuta. Só em ter uma pessoa que está ali se preocupando com a gente aqui dentro. A gente já vai se sentir importante. É como me sinto com o projeto, com a escola, está entendendo?! Ali a pessoa está se sentindo útil para alguma coisa. E não querer mais tá aqui dentro. (Entrevista na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Girassol, 2024).

Em virtude da afirmação da entrevistada Jaborandi (2024), é exposto que o exercício dessas práticas promove uma “distração mental” (Jaborandi, 2024), para tornarem-se alguém melhor durante esse processo de reinserção social. Girassol (2024) destaca que “a escola. E o projeto de Extensão¹ o feminino aprisionado. [...] ensina muitas coisas”. A educação é uma ação formativa que possui grande destaque e importância para a ressocialização. É durante essas ações da partilha do ensino-aprendizado que ocorre a formação dessas mulheres, é um processo que necessita de diversas estratégias e ações que sejam atrativas e busquem trazer elementos que as instiguem a questionar, refletir e ter a sua própria autonomia Freire (1986).

Girassol (2024), afirma que “a pessoa está se sentindo útil para alguma coisa (pausa). E não querer mais está aqui dentro”. O exposto mencionado, provoca uma reflexão do impacto positivo que a educação possui para essas mulheres e, sobretudo, a relevância de projetos socioeducacionais seja eles articulados e pensados dentro da instituição prisional ou propostas de projetos de extensão vinculados ao ensino superior. Conforme a concepção de Freire (2022) “[...] a iniciativa do professor que deve estimular aquela tentativa no educando, ajudando-o para que a efetive” (Freire, 2022, p. 122). O ato de educar constitui-se em buscar meios para

¹ O Projeto de Extensão no qual foi mencionado pela entrevistada é intitulado “O feminino aprisionado: direitos humanos e relações de gênero no presídio feminino de Cajazeiras-PB”, possui vínculo com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) do Centro de Formação de Professores (CFP) e com a própria Cadeia Feminina ao aceitar uma parceria com a universidade. O referido projeto foi idealizado em 2013 pela professora Dr^a Mariana Moreira Neto que atualmente continua sob sua coordenação e liderança, sendo articulada a oferta de atividades socioeducativas para as mulheres privadas de liberdade. Vale mencionar que nesta vigência atual o projeto tem recebido a colaboração e orientação da professora M^a Miryan Aparecida Nascimento de Souza, sendo esta ex-aluna da UFCG-CFP e antiga aluna-extensionista de edições anteriores do projeto.

que o educando tenha a possibilidade de buscar sozinho, questionar e encontrar as respostas ao compartilhar a troca de saberes entre o docente-discente.

É por intermédio do desenvolvimento de ações educativas e humanas que essas mulheres se sentem acolhidas. Girassol (2024) “a gente se sente bem. Só em ter uma pessoa, que nos escuta. Só em ter uma pessoa que está ali se preocupando com a gente aqui dentro”. O sistema prisional além de causar a falta da dignidade humana dessas mulheres também as deixam suscetíveis a encontrarem-se cada vez mais isoladas e sem apoio. Em consequência disso, surge a necessidade de refletir a relevância que essas ações desenvolvidas pelo projeto de extensão na instituição prisional proporcionam mediante o olhar sensível e a buscar de proporcionar o retorno dessas características que acabam perdendo-se na prisão. Como ficou bem explicitado durante o relato apresentado, a humanização nesse ambiente é algo que está em fala e, assim, ao receber o mínimo de empatia essas mulheres sentem novamente o conforto e a sensação de que são reconhecidas como pessoas e possuem algum valor perante a sociedade.

Davis (2018) ao retratar sobre as prisões de segurança máxima, ela faz um apontamento interessante quando afirma que “em outras palavras, não há a falsa aparência de que os direitos são respeitados, não há preocupação com o indivíduo [...]” (Davis, 2018, p. 54). O próprio sistema prisional por si já não possui características humanas de empatia e zelo por homens e mulheres. Sobretudo, pelas mulheres que estão sob reclusão, pois se tornam apenas objetos que ao serem inseridas nas unidades prisionais são descartadas e consideradas como defeituosas por não seguirem o padrão social da feminilidade instaurado pelo próprio patriarcado.

Dessa forma, surge a necessidade de elencar a concepção de Julião (2020) no que tange o sistema penitenciário ao discutirmos sobre o objetivo de trazer meios para a socialização dessas mulheres, tendo em vista que as instituições prisionais são “[...] responsáveis pela institucionalização de hábitos e controle dos indivíduos. Cada instituição social passa a ter um papel fundamental na implementação de uma ordem social e de autocontrole dos indivíduos” (Julião, 2020, p. 72). Essas mulheres estão alocadas em uma cadeia pública feminina e esse ambiente, determina uma padronização pré-estabelecidas para a sua ordem e controle social. A função central das instituições sociais atua na perspectiva da formação de hábitos e na regulação do comportamento individual, destacando o controle excessivo que pode suprimir a criatividade e a inovação.

Cabe mencionar, as respostas obtidas mediante a pergunta a respeito de qual prática socioeducativa reverbera para a contribuição para a ressocialização na instituição prisional e o questionamento realizado sobre as contribuições entre o trabalho e a educação no contexto da população feminina encarcerada:

Que fazem valer a pena, né?! Valer a pena. Mas o que a gente estava fazendo que não fazia na rua, está fazendo aqui dentro, para poder dar mais valor as coisas lá fora, porque uma simples coisa que tem que dar valor. E lá fora a gente não dá valor. Tanto faz como tanto fez. E aqui a gente aprende o valor das pequenas coisas. Da valorização das pequenas coisas. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Tulipa, 2024).

Os dois. Porque um você estuda e aprende. E o outro você rala para aprender (Risadas). (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Catléia, 2024).

As atividades voltadas para a ressocialização na cadeia pública feminina possibilitam que elas se utilizem desse tempo conforme mencionado por Catléia (2024): “valer a pena. Mas o que a gente estava fazendo que não fazia na rua, está fazendo aqui dentro, para poder dar mais valor as coisas lá fora”. Portanto, compreende-se que o exercício de atividades contribui para não ser apenas um “entretenimento mental” (Jaborandi, 2024). A estratégia de possibilitar o acesso à educação formal e, além disso, quando houver a possibilidade de participação de atividades trazidas externamente voltadas para a reflexão das apenadas.

O autor Julião (2020) assinala que “[...] através da execução penal, ao mesmo tempo, em que se pune o delinquente pela infração cometida, se lhe está reabilitando a viver na sociedade” (Julião, 2020, p. 73). Diante desse exposto ao trazermos as considerações de Catléia (2024) é possível identificar em sua fala quando afirma que a educação e o trabalho estão atuando em conjunto são estratégias que devem estar sendo desenvolvidas em conjunto, isso fica evidente durante a afirmação “porque um você estuda e aprende e o outro você rala para aprender” (Catléia, 2024). Outra característica marcante a ser analisada é as relações do trabalho desenvolvido na instituição, pois como é exposto ao decorrer dessas análises essas mulheres trazem uma importante afirmação ao declarar que não é algo simples e fácil, possui inúmeras dificuldades ao realizar.

Tulipa (2024) destaca: “valorização das pequenas coisas”. É notório a punição realizada no sistema carcerário, pois retira a humanização dessas pessoas ao

deixarem de obter os seus direitos básicos como produtos de higiene, dignidade trabalhista e condições de morada. Considerando que o sistema as colocam como sujeitos que estão sobrevivendo com o pouco que possuem e/ou é disposto nas cadeias. Segundo as ideias da autora Queiroz (2015), retrata a violência que a mulher sofre nas prisões tornam-se meros objetos de um sistema opressor que as rotulam e retiram a sua essência enquanto mulher e sujeito social. Essa valorização na qual é feita traz a reflexão de que antes objetos simples eram acessíveis e a partir do momento que estão sob cumprimento de pena, tornou-se restrito e/ou inacessível para a maioria dessas mulheres.

2ª SEÇÃO – AS RELAÇÕES DA EDUCAÇÃO E TRABALHO: possibilidades e desafios para a ressocialização de detentas.

Historicamente o trabalho nas prisões está presente desde os tempos das primeiras unidades de reclusão, dado que as condições desses ambientes obrigavam inúmeros homens e mulheres a trabalharem, sendo em sua maioria o gênero masculino, portanto de maneira forçada eram obrigados a realizarem diversos tipos de tarefas braçais e subalternas. É pertinente observar que as práticas de trabalho neste ambiente estão associadas à escravidão de uma população pobre. Julião (2009) e Davis (2018) apontam que, em muitas situações ao decorrer da história, essas populações viram-se obrigadas a cometer delitos para a sua sobrevivência.

Em decorrência disso, torna-se pertinente trazer as considerações da autora Davis (2018) quando afirma:

A prisão, dessa forma, funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em números desproporcionais (Davis, 2018, p. 16).

Surge então a necessidade de observar a relação do descarte realizada com as pessoas que não estão sendo vistas como úteis para a sociedade, tornando-se um peso para sociedade e considerados como meros objetos descartáveis. Conforme Foucault (2014) apresenta a essência das instituições carcerárias desde a sua idealização inicial é caracterizada pela desumanização e, sobretudo, pelos seus atos

de medidas de “disciplinar” essas pessoas sob pena para que houvessem “salvação” pelos crimes cometidos. Sendo assim, utilizavam-se de medidas voltadas para o uso da tortura como estratégia não apenas de punir, mas para o adestramento dos corpos tornando-os dóceis e manipuláveis.

O autor Wacquant (2004) apresenta a relação entre o capital e a prisão como meios de para o uso dessas pessoas como ponte para suprir a falta de mão de obra para o exercício de trabalhos escravos e desumanos, visto que no setor prisional não há a contestação se está sendo de caráter exploratório e mal remunerado. Afinal, o intuito é domesticar as pessoas privadas de liberdade a aceitarem as condições ofertadas naquele ambiente sem que haja questionamentos sobre a sua remuneração, horas de trabalho e qual os benefícios isso traz ou não durante o processo de reinserção social.

O questionamento realizado às detentas mediante quais os trabalhos ofertados na cadeia pública feminina e as suas condições. As respostas obtidas foram bem detalhadas e foi possível compreender um pouco como funciona essa rotina de trabalho desenvolvida na cadeia.

Tem a cozinha, tem a correria e tem bola para fazer. Que a gente faz bola de futebol. E, sobre remição dessas coisas, a gente ganha a partir de bola, livros. Lê livros e faz o resumo do livro do que você leu naquele livro, a escola, aí outras já ganha na cozinha, outras já ganha na correria, ou seja, pagando almoço, janta, água, faz isso aí. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Girassol, 2024).

Menciona-se que os trabalhos citados são limitados a duas funções em específico, atuação na cozinha e na confecção de bolas, enquanto a entrega de alimentação, água e limpeza são práticas de trabalho que demonstram ser mais desvalorizadas quando se refere a questão salarial e de alta demanda de trabalho. As mulheres privadas de liberdade definem a leitura de livros como uma ação de trabalho, pois todas fazem a menção e até destacam que observam como um trabalho por ser visto como “um compromisso”, não apenas como uma mera ocupação para diminuir a sua pena.

Conforme os subsídios adquiridos a partir do questionamento da interrogação realizada sobre as atividades trabalhistas desenvolvidas e as condições de trabalho ofertadas na cadeia.

Eu sou coordenadora das bolas. As bolas cada pessoa que pega, cada bola é o valor de quatro e quarenta (04 reais e 40 centavos). Quatro e quarenta cada bola. De cada três bolas feitas você ganha. É um dia remido. No caso, trinta bolas são dez dias remido. O máximo que pode pegar sete são trinta bolas (pausa). Tem o colégio também (pausa) e tem os livros também. Não, tinha a bolsa. O projeto das bolsas, mas só que não está tendo mais. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Tulipa, 2024).

Aqui as condições de trabalhar são a correria. Só de trabalho, a correria, a bola, os livros, a cozinha. Entregar água, trago almoço. Dentro das celas (menção ao local onde se faz as bolas. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Tulipa, 2024).

Convém ressaltar que uma das entrevistadas mencionou que é coordenadora da atividade de trabalho da confecção de bolas, é descrito a menção relativa à remuneração recebida do trabalho. Diante dessa informação exposta, é possível identificar que a confecção de bolas realizadas pelas detentas compõe-se da seguinte maneira: “[...] cada bola é o valor de R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos. De cada três bolas feitas você ganha um dia remido. No caso, trinta bolas são dez dias remido. O máximo que pode pegar são trinta bolas” (Tulipa, 2024). A LEP, especificamente o artigo 29º determina: “o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo” (Brasília, 1984). Diante disso, o valor de cada bola é quatro R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos) e a cada três bolas feitas elas recebem um dia de remição de pena, entretanto, a caso ocorra algum defeito do produto entregue elas não recebem a remuneração pelo seu tempo de trabalho.

A respeito das ideias da autora Cunha (2010) “o desenvolvimento preconizado pela sociedade capitalista esteve amparado na economia, ou seja, no aumento de riquezas materiais” (Cunha, 2010, 159). O trabalho subalterno exercido pelas mulheres que estão sob condições de marginalização, ao observar a maioria é composto por mulheres pobres e negras. No sistema prisional encontram-se uma grande quantidade de mulheres na situação de vulnerabilidade econômica e social. Logo, torna-se mais fácil o uso da exploração de mão de obra barata nas penitenciárias, uma vez que, não é levado em consideração as condições dignas do trabalho, sobretudo, daqueles que não possuem carteira assinada como nos casos dos trabalhadores das prisões.

Portanto, compreende-se que o trabalho ofertado está intrinsecamente relacionado para e com a exploração de mão de obra barata disponibilizada na cadeia feminina de Cajazeiras. Afinal, o próprio sistema capitalista não visa a capacitação formal dessas mulheres trabalhadoras, uma vez que o objetivo central consiste em obter o maior número de produtos recebidos até o prazo solicitado pela empresa responsável. Segundo as ideias de Wacquant (2004) é mencionado a exploração que ocorre nas prisões, visto que pessoas em reclusão são usadas como meio para obter lucro do capital, tornando-se apenas sujeitos que estão presos no sistema de miséria criado pelo próprio capitalismo.

Além disso, outro importante elemento que se torna necessário trazer para essa discussão, é a existência do trabalho de confecção de bolsas que era realizado anteriormente. Houve a sua menção por Tulipa (2024) durante a entrevista quando esta cita o seguinte: “[...] tinha a bolsa. Mas o projeto das bolsas, mas só que não está tendo mais”. Em consequência disso, é observado que os trabalhos disponibilizados e desenvolvidos na Cadeia Feminina possuem cunho ideológico patriarcal ao propor apenas a prática de trabalhos voltados para o gênero feminino como a costura, cozinha e, como é definido por elas “a correria” que se constitui em realizar a limpeza, a entrega de alimentos e de água. A cadeia pública feminina está normalizando e as moldando para continuarem restritas aos afazeres domésticos e a atividades femininas que já são enraizadas socialmente pelo próprio patriarcado.

Conforme o período de reeducação deve buscar possibilitar o acesso a outros meios de convivência entre trabalhos e educação, visando entrelaçar esses dois campos. O próprio sistema penitenciário delimita essas funções torna-se cada vez mais distante atingir esse objetivo que o(a) reeducando(a) seja responsável pela mudança do seu comportamento e/ou se interessar por diferentes atividades educacionais. Conclui-se, portanto, que a mulher neste espaço continua a ser vista apenas como mero objeto a ser subjugado a realizar atos de a uma figura de “autoridade” ao realizar atividades restritas e que não estão demonstrando o uso de métodos educacionais para haver algum proveito durante a sua ressocialização e, especificamente, ao delimitar a atividades pouco atrativas que não compõem o acesso a áreas diversificadas.

Catléia (2024) faz uma menção reflexiva ao trazer a menção das atividades de leitura relacionadas a perspectiva de serem um tipo trabalho a ser realizado. Em

virtude disso, torna-se necessário ressaltar que Catléia (2024) participa ativamente dos trabalhos ofertados na cadeia feminina e ainda frequenta a escola.

Eu acho porque ali a gente tem que ter compromisso, né?! É um compromisso. Também é bom que a pessoa aprende a ler, a ajeitar a leitura, as letras. Porque se é lendo que a gente vai aprendendo mais. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Catléia, 2024).

A educação para muitas das mulheres privadas de liberdade é algo distante da sua realidade quando estavam em liberdade. O acesso à escola mesmo que seja diante das circunstâncias atuais, determina a relevância que a sistematização de atividades escolares possui dentro das prisões. Silva (2018) destaca o seguinte: “a escolarização em regimes de privação de liberdade contribui um meio, um pretexto – e talvez o único – para o desenvolvimento de espaço e momento para serem trabalhadas” (Silva, 2018, p. 12). É pertinente ressaltar que para muitas das mulheres privadas de liberdade a educação era algo distante da sua realidade quando estavam livres, as práticas educacionais não são meros exercícios. De acordo com as detentas, a educação é vista como um “compromisso” importante a ser realizado.

De acordo com as ideias de Freire (1987), o oprimido ao percebe-se que essas mulheres mesmo sob condições de reclusão e, especialmente, (sobre)vivendo em um ambiente insalubre que não fornecem acesso a condições dignas básicas ainda compreendem que essas atividades são de fato um compromisso e ao realizá-las receberão benefícios nos seus estudos. Isso fica evidente quando Catléia (2024) afirma ao dizer: “ajeitar a leitura, as letras”. Deve-se observar que o próprio sistema das elites sociais e, sobretudo, o intelectual e moral que as impossibilita de ter um senso crítico fazendo-as sempre ter um comportamento pré-definido para não serem punidas dentro da própria prisão e/ou se reinserir na sociedade posteriormente.

Conforme Freire (1987) o oprimido se torna alguém moldado pelo sistema, ou seja, subentende-se que está sendo adestrado como um “boneco” manipulável por aqueles que estão no poder. Sendo essa a própria classe dominante que define as normas a serem seguidas. Isso é algo que percebemos durante a fala dessas mulheres privadas de liberdade quando elas pontuam que a educação e o trabalho são tarefas distintas e não possuem uma relação de conhecimento pedagógico com o trabalho desenvolvido na cadeia. Logo, essa atividade torna-se apenas voltada para fins de lucro e do acúmulo de capital do sistema, visto que essa exploração ocorre

devido à mão de obra fornecida nas instituições prisionais serem mais baratas para o custeamento da empresa.

Outro fator relevante a ser mencionado é o trabalho realizado nas prisões, pois conforme a LEP, sob o artigo 28º “o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva” (Brasília, 1984). Ao observar as especificidades entre a educação e o trabalho realizados, percebe-se que ocorre a falta de um local específico para a realização das atividades de costura. Diante disso, foi citado pelas entrevistadas que é possível escolherem o melhor horário para confeccionar as bolas dentro das celas, além de ser mencionado que e ter acesso a ficarem nas celas elas afirmam que podem descansar durante esse momento. Existe há ausência de oficinas específicas voltadas para a formação profissional dessas mulheres, entretanto, percebe-se que mesmo diante disso elas afirmam que existem saberes presentes na realização do desenvolvimento dessas atividades.

Em decorrência disso, durante o questionamento realizado para identificar quais são as condições de trabalho ofertadas na cadeia feminina de Cajazeiras, surgiu indagações sobre o espaço disponibilizado.

Não. De ter o espaço de ter, tem. Mas cada uma tem um espaço. A remição do livro é dentro da cela. A da bola é dentro da cela e a da escola é na sala de aula. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Jaborandi, 2024).

É na cela mesmo. A fábrica Carreiro ela cede agulha, linha e as peça da bola. Aí vem as peças e a gente vai montando. Montando primeiro o cinto, aí depois monta os pitos e depois as bandas. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Girassol, 2024).

É importante frisar que a parceria que a empresa Carreiro possui vínculo com a Cadeia Feminina é um convênio institucional com a Secretária de Estado da Administração Penitenciária – SEAP, disponibilizando materiais para a confecção do trabalho realizado pelas mulheres que estão sob reclusão de liberdade. Deve-se refletir também sobre a falta de estrutura e adequações para abrigar essa prática de confecção de bolas na instituição prisional, é mencionado que na cadeia feminina possui uma sala voltada para as atividades do “o ateliê Costurando Sonhos”. Esse espaço é destinado segundo a SEAP (2021): “as reeducandas utilizam a técnica do Amigurumi, para produção de bonecas, artigos sacros e diversos outros produtos”

(SEAP, 2021, p. 212). Entretanto, o mesmo não se aplica a confecção de bolas, pois é afirmado por elas em diversos momentos que cada atividade é exercida separadamente “a da bola é dentro da cela e a da escola é na sala de aula” (Jaborandi, 2024).

Logo, o espaço que deveria estar sendo utilizado como é proposto pela LEP no artigo 34º, que afirma: “o trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado” (Brasil, 1984). A empresa assume a responsabilidade de prover e assumir a garantia da formação profissional dessas mulheres internas ao assinar o convênio com os órgãos públicos e utiliza dessas pessoas como seus “funcionários” de maneira indireta. Wacquant (2004) traz essa perspectiva de exploração e miséria que ocorre dentro do sistema prisional, é um ambiente socialmente esquecido e ocorre a falta de investimento para os internos durante o período de reabilitação social.

Cabe destacar as respostas obtidas conforme a indagação realizada sobre as condições de trabalho da cadeia pública feminina de Cajazeiras. Foi levantado o questionamento mediante o ambiente de trabalho da cozinha ser favorável para trabalhar e qual espaço é ofertado para a confecção de bolas. Em decorrência disso, obteve-se a seguinte resposta:

Dentro das celas mesmo. Acho melhor dentro da cela. Porque a gente descansa ao mesmo tempo, como a gente trabalha. Tipo, eu trabalho na cozinha, quando eu entro eu já vou fazer as bolas. Fica meio por aí, dá um pouco para não tenta descansar. Mas dá para repousar um pouquinho e fazer a bola. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Catléia, 2024).

Vale mencionar o questionamento realizado a seguir, visto que é respaldado na rotina das detentas que participam dos trabalhos da cozinha e da confecção de bolas.

Minha rotina começa quatro horas da manhã, eu me acordo quatro horas da manhã para tomar banho, ajeitar as coisas. Para cinco... cinco e quarenta, cinco e cinquenta, seis horas, mais ou menos. Até no máximo seis horas a gente vai para cozinha. Quando como eu cozinho para as meninas, né. Aí já vou cuidando na comida das meninas, quando é onze horas, nove e meia, dez horas já deixo tudo pronto. Aí tem a escola que as meninas que pegam a merenda. Assim dez horas a gente entra. Aí eu começo a fazer. Aí eu vou almoçar e vou fazer as bolas. Quando é duas horas eu paro, vou tomar banho e continuo nas bolas. Quando é duas e meia, três horas a gente sai.

Quando é cinco horas voltamos para dentro da cela. Aí começa com as bolas, quando... Quando é nove e meia eu paro e vou dormir. É um trabalho bem corrido. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Catléia, 2024).

Outro aspecto importante a ser frisado e que não deve passar despercebido é o trabalho exaustivo que essas mulheres têm no seu cotidiano, ao ser descrito a rotina de uma das entrevistadas nota-se a exploração que ocorre com essas mulheres. A ressocialização como foi pautada anteriormente pela literatura científica, deve estar correlacionada a atividades educativas e quando houver a presença do trabalho, serem desenvolvidas em concordância a educação para haver essa mediação entre essas duas áreas que estão presentes nas unidades prisionais.

Quando analisamos o tipo de rotina que essas mulheres possuem, percebe-se que para obter alguma renda mensal mais alta é necessário realizar dois tipos diferentes de trabalho. Isso ocorre não apenas dentro das prisões, mas a partir do momento que elas voltam a ter acesso a sua liberdade, visto que esses trabalhos não estão possibilitando a instrução pedagógica como um complemento para fortalecer uma capacitação técnica formal. Ao alinharmos isso com a perspectiva da educação de jovens e adultos, faz-se necessário que haja um momento formativo para essas mulheres.

É possível fazer uma correlação das ideias dos autores Wacquant (2004) e Silva (2018), denota-se que o sistema trata as pessoas privadas de liberdade como meros objetos para atingir os seus objetivos de acúmulo de capital, utilizando-as como meros receptores para suprir a alta demanda, tornando-os a continuar apenas sujeitos que vivem sob condições marginalizadas e, sobretudo, sem as condições mínimas que todo cidadão deve receber na sua jornada de trabalho. A própria sociedade não aceita e “condena” estas pessoas que são vistas socialmente como eternos “marginais”, a falta de humanização da própria sociedade determina que não são mais cidadãos, entretanto, Silva (2018) enfatiza: “a pessoa privada de liberdade é, do ponto de vista de sua natureza ontológica, de sua constituição orgânica e do aparato epistemológico, um ser humano como qualquer outro [...]” (Silva, 2018, p. 14).

Como resultado disso, nas próprias prisões verifica-se que não existe um olhar humano e sensível com essas mulheres, através da seguinte afirmação realizada: “Pergunta da entrevistadora: Então você passa o dia trabalhando? Só para comer? Resposta da entrevistada: É” (Catléia, 2024). Por conseguinte, denota-se que mesmo

diante de um período que deve ser considerado para reflexão dos seus atos, por medidas socioeducacionais e buscar a ressocialização por intermédio desses meios, seja pelo trabalho e/ou educação.

Em consonância com as ideias de Foucault (2014) “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”” (Foucault, 2014, p. 134). Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”, ou seja, em outras palavras o sistema penitenciário caracteriza-se como um ambiente opressor em muitas situações, especificamente para mulheres que estão sob condições de privação de liberdade. As mulheres socialmente são vistas como o gênero “frágil” e “dócil”, sendo assim, é realizado a seleção de atividades de trabalho mais voltadas as características femininas como a costura como foi explanado anteriormente. Portanto, constata-se que a ressocialização através de educação e trabalho, é algo que ainda possui diversas lacunas a serem preenchidas e está distante da realidade dessas mulheres.

A seguir, destaca-se a indagação conduzida ao buscar compreender quais são as contribuições pedagógicas presentes na prática de trabalho realizadas na Cadeia Feminina.

Olha existe, né?! Até porque a remição é pouca, mas dá para aproveitar bastante a remiçãozinha que você ganha com isso, né?! (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Jaborandi, 2024).

Rapaz... (risos) sobre a cozinha eu não sei informar, nem de correria. Eu sei mais da bola, um exemplo, se eu sair daqui e eu querer confeccionar bola. Ali eu já vou ter o que... uma... (pausa) já posso confeccionar em casa mermo. Ter meu dinheiro em casa. Eu aprendi aqui, eu nunca tinha pegado na rua, mas eu posso. Falar e confeccionar em casa. Eu aprendi na cadeia. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Girassol, 2024).

Aprendizado. Quer pegar ali uma bola uma são trinta de espécie, montar uma por uma... fazer uma banda, depois outra e fechar, deixar secar dar o ponto final. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Tulipa, 2024).

É oportuno mencionar que para algumas delas a principal contribuição pedagógica é a remição de pena e o dinheiro que recebem mediante o trabalho realizado na instituição. Algo que chama atenção é o fato de não existir esse

alinhamento entre as áreas da educação e trabalho, pois como é proposto pela própria LEP isso deve ocorrer para que a ressocialização ocorra e essas atividades não sejam um mero preenchimento do seu tempo, entretanto, percebe-se que mesmo diante disso, essas mulheres internas afirmam que existe algum aprendizado nesse exercício de confecção de bolas. Em analogia a isso, denota-se que de acordo com elas o ato de confeccionar as bolas é um momento de aprendizado, algo que é útil e irá servir para possibilitar o acesso do ingresso ao trabalho como costureira após o cumprimento da sua pena.

Em concordância a isso, Davis (2018) acentua que as prisões são vistas como um ambiente onde será realizado a sua reabilitação, em outras palavras o objetivo dessa instituição baseia-se em “proporcionar aos condenados condições de refletir sobre seus crimes e, por meio da penitenciária, remodelar seus hábitos e até mesmo sua alma” (Davis, 2018, p. 28). Em consonância a isso, mesmo diante da ausência dessa relação direta entre a educação e trabalho, elas afirmam que existe uma educação voltada para elas nesse cenário e práticas de trabalho desenvolvidas na instituição prisional.

Freire (1989) denomina que existem outros tipos de educação além da educação formal e letrada ofertada nas instituições escolares. A educação na qual estamos discutindo, refere-se a leitura de mundo, visto que “[...] a leitura de mundo, precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele” (Freire, 1989, p. 13). Ao levarmos isso para o sistema penitenciário, podemos compreender que a leitura de mundo é algo presente no cotidiano dessas mulheres, visto que como elas afirmam existe uma educação ofertada nas práticas de trabalho mesmo que não sejam formais e desenvolvidas em concordância com as propostas dos dispositivos legais.

Essas mulheres estão aprendendo algo com o exercício de trabalho realizado, mesmo que não seja algo instigado para a possibilidade de abertura do acesso a uma educação emancipadora e reflexiva como é pautada a educação de jovens e adultos, é um preceito de educação que proporciona o uso de outros elementos como a presença da leitura de mundo ao compreender que esse exercício de trabalho promove a abertura de outras possibilidades após a sua saída da prisão.

Em consonância aos resultados obtidos de acordo com o questionamento realizado acerca entre as práticas de trabalho e educação favorecem para uma melhor experiência.

Favorece muito. Porque assim, eu vejo coisas que eu não via na rua. Eu sempre fui fã assim. Eu sempre amei cozinhar. Quando eu era pequena eu ficava em cima da mesa, olhando mãe cozinhar. Só que isso eu tinha esquecido. Que esse era um gosto que eu tinha à mais. E, hoje eu posso fazer isso com vontade. Certo que não é do jeito que querem porque assim o que precisaria para as presas seria se alguma coisa de verduras doasse, né?! Verduras para as presas, para cadeia, para colocar, mas mesmo assim tem a horta ainda. Tem a horta que ainda tem como colocar cebola. É, cebolinha. Tem como colocar coentro, aí dá um gosto à mais, aí eu me animo mais ainda para cozinhar. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Catléia, 2024).

A participação ativa em uma atividade de trabalho mesmo sendo cansativo, torna-se algo prazeroso de ser realizado quando é algo que está interligado ao incentivo. Isso é mencionado por Catléia (2024): “sempre fui fã. Eu sempre amei cozinhar”. Diante disso, ao ter acesso aos trabalhos ofertados na cozinha, possibilitou a sua autonomia ao realizar essa tarefa no seu cotidiano. Freire (1987) define que o oprimido quando cria possibilidades para quebrar a opressão que sofre, torna-se independente e livre para buscar os seus próprios meios de sobrevivência de maneira autônoma. Ao identificar atividades que são prazerosas e despertam o desejo de continuar. Mesmo diante do sistema opressor que é as pessoas em reclusão enfrentam nas prisões, quando o indivíduo se encontra na condição de oprimido, possuem meios de sair dessa condição de opressão. Conforme a quebra das amarras sociais e deterministas que o sistema os condicionam, portanto, tornam-se protagonistas da sua construção de identidade e quebrar os paradigmas sociais impostos pelas classes dominantes.

3ª SEÇÃO – PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO NA CADEIA FEMININA

A discussão dessa seção consiste em abordar sobre a perspectiva que as mulheres privadas de liberdade possuem acerca da educação. Em virtude disso, é apresentado aspectos relevantes em suas falas ao mencionarem a participação de atividades socioeducativas. Durante esse capítulo em específico, será realizado a discussão das práticas de educação e trabalho.

Cabe ressaltar dados obtidos mediante questionamento sobre o que as mulheres privadas de liberdade da cadeia feminina de Cajazeiras, compreendem sobre o que é educação e qual a relevância em suas vidas.

Possui, com certeza, sem educação a gente não é nada, né? Principalmente aqui num lugar desse que exige bastante educação também. Muita gente não vê por esse lado, mas... (pausa) até porque se não tiver educação você é um tolo nesse mundo (risada). Porque basicamente assim, muita gente assim não vê a educação como um bem importante. Mais é bastante importante até para você viver num mundo desse você tem que ter um certo tipo de educação. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Jaborandi, 2024).

Educação é a base de tudo, né, na verdade. Onde leva a gente a aprender várias coisas, vários idiomas, várias tradições, culturas diferentes. Mudança de vida. Eu creio que a vida só começa a partir da educação. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Girassol, 2024).

Educação é aprender a ler, a escrever, saber falar, saber entrar, saber sair, por favor, obrigado, de nada. Porque eu gosto... da educação. Eu gosto de ser educada e gosto que me trate com educação também. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Tulipa, 2024).

Educação é fundamental, né?! Para gente aprender a ler, aprender a saber os nossos direitos, os nossos deveres. E ainda tem futuro, né?! Tem porque se não fosse a educação eu acredito que até hoje eu não estaria aqui, não teria algo. Não, não saberia tratar as pessoas. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Catléia, 2024).

É interessante sinalizar que todas elas afirmam que a educação possui um importante papel para a sociedade e, especialmente, para as suas vidas. Diante disso, é afirmado durante as entrevistas que a educação não se delimita apenas a decodificação de palavras e a escrita, está intrinsecamente interligado a diversas áreas das suas vidas. Isso fica explícito durante a definição realizada por uma das detentas ao afirmar que “[...] muita gente não vê a educação como um bem importante” (Jaborandi, 2024), ou seja, é afirmado que a educação possui alguma influência positiva independente do espaço em que se encontra.

Perante o exposto, em uniformidade com a ótica de Maeyer (2011):

A educação na prisão é uma educação que se encontra em um continuum de aprendizagens e experiências acumuladas antes do

encarceramento, é vivida em um local específico e transitório, sendo a prisão, e deverá continuar após a libertação (Maeyer, 2011, p. 48).

A educação em prisões é respaldada no objetivo de possibilitar a “conquista da cidadania” das pessoas privadas de liberdade. Em outras palavras, o ato de educar é caracterizado como não apenas a possibilidade de se reeducar, mas de assumir novos espaços e obter novos conhecimentos. A própria educação, conforme definido por Maeyer (2011), se encontra presente em diversos momentos do nosso dia a dia e, isso é frisado pelas próprias mulheres entrevistadas. A educação está intrinsecamente presente na nossa vida, seja em espaços sociais, em valores morais e/ou durante o período de ressocialização, nas instituições prisionais em que estas aprendem diferentes saberes e novas vivências. Isso é afirmado por elas “a educação é fundamental. [...] ainda dá futuro” (Catléia, 2024), portanto, comprova o que estamos discutindo durante a investigação desse estudo.

É pertinente ressaltar que as respostas obtidas durante as entrevistas, ambas as mulheres estão em concordância, ao afirmarem que elas gostam de participar de atividades escolares e de receber educação. É mencionado que independentemente de estar dentro da sala de aula ou em atividades externas, sejam elas a leitura, escrita dos resumos dos livros e a extensão universitária. De acordo com Freire (1987), torna-se importante sinalizar que sua proposta de educação é uma formação em que ocorre a troca de saberes entre o alunado e o docente, ou seja, é levado em consideração o dito pelo educando e que seus saberes possuem relevância.

Conforme, Julião (2020) é destacado que “[...] a educação é socialização, é a forma pela qual entendemos os mecanismos da nossa sociedade e, assim, nos tornamos parte dela; é através da educação que a sociedade se eterniza” (Julião, 2020, p. 80). Ao trazermos um destaque realizado a partir das considerações realizadas por Girassol (2024), é destacado que a educação em sua vida significa um ato de “mudança de vida. Eu creio que a vida só começa a partir da educação” (Girassol, 2024). Podemos concluir que isso consiste em absorver diferentes aprendizados para tornar-se alguém melhor. Segundo as ideias de Onofre (2015) a educação no espaço prisional é cheia de contradições uma vez que para assumir uma nova perspectiva de mudança o reeducando (a) é colocado em um determinado período de isolamento para ser punido e, a partir disso “[...] isola-se para (re)socializar, pune-se para reeducar” (Onofre, 2015, p. 241).

O processo de se reeducar na prisão é algo lento e demorado, visto que se precisa da colaboração do(a) próprio(a) detento(a) para que essa dinâmica de reeducação se torne de fato concreta, isto, portanto é algo que se notou nas entrevistas realizadas o comprometimento dessas mulheres e o interesse genuíno com a educação.

Continuando com a abordagem, pontua-se o questionamento sobre se a escola desenvolve atividades em parceria com as práticas de trabalho realizadas na cadeia feminina, no entanto, as pessoas foram todas diversas e demonstraram que não existia de fato uma ligação específica entre esses dois campos.

Não, a escola. É basicamente só pela educação e remição... (Pausa e riso) aqui não tem prática de trabalho não na escola. Não, são cada um separado. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Jaborandi, 2024).

Sim. Elas estudam também. É os eventos, né?! Eu acredito que sim, né. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Girassol, 2024).

Aí, eu não sei informar porque eu não estudo. Só faço as bolas... E os livros. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Tulipa, 2024).

A escola tem. Eu acho que a única coisa que eu consigo mais frequentar é a educação física. Que é vôlei, é jogar bola. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Catléia, 2024).

É perceptível que as afirmações de Catléia (2024) e Jaborandi (2024) expressão que há ausência dessa relação do trabalho e educação como atividades laborativas que se complementam para possibilitar a ressocialização. Denota-se, portanto, que de acordo com Julião (2007), “[...] não se trata apenas de criar uma escola associada ao ensino profissional, mas sim uma escola que ajude a desenvolver potencialidades que favoreçam sua mobilidade social [...]” (Julião, 2007, p. 45). Conforme o exposto, a escola ao discutir questões relacionadas ao trabalho possibilita que o reeducando compreenda os seus direitos trabalhistas e sociais, entretanto, não se limitando apenas a esse aspecto deve-se atuar em um alinhamento de capacitação e respectivo desenvolvimento de atividades para que estas corroborem para a ressocialização dos seus internos.

Ao existir a colaboração de projetos relacionados diretamente ao exercício da prática pedagógica com os trabalhos desenvolvidos nas instituições prisionais. Nessa

perspectiva, Julião (2011) apresenta que “a valorização do direito ao trabalho frente à educação traz também como consequência um maior estímulo à educação como mecanismo de acesso e preparo para o mercado de trabalho” (Julião, 2011, p. 217). O papel do educador será de formar e articular a elaboração de estratégias de objetos que estejam associados a esses dois campos, tornando-se assim, as suas discussões contundentes promovendo através da preparação de dinâmicas que estejam em concordância com a temática das oficinas. Isso é possível através da utilização das referências e reflexões realizadas a partir do processo das tarefas realizadas na rotina dessas mulheres, propiciar a reflexão dessas práticas desenvolvidas na instituição prisional.

É através do ato instigar o discente para que ele se torna autônomo e participa do seu processo formativo, portanto, esse sujeito quebra os laços de estar apenas condicionado a seguir as instruções estabelecidas. A ruptura desse sistema, torna o indivíduo pleno a tomar as suas próprias decisões, ou seja, ao sair da caixa em que esteve condicionado a ser passivo e colocado na posição de mero observador. O sujeito, de acordo com Freire (1987) deve ser aquele que discute, questiona, não se delimita apenas as afirmações que lhe são ofertadas. Em concordância a isso, surge a necessidade de trabalhar com o público da EJA, questionamentos que ocasionam o desconforto ao serem induzidos a refletir e questionar acerca daquela determinada situação.

De acordo com Julião (2011) o educador pode atribuir questionamentos para haver o questionamento das reeducandas mediante as suas práticas de trabalho, logo é possível ser relacionado questões presentes na sociedade. Em virtude disso, Wacquant (2004) apresenta que uma das atribuições a serem instigadas para ser questionada e refletida pelas próprias detentas, é a questão da desvalorização do seu trabalho e como isso está interligado as questões de serem trabalhos de manuais que possuem uma baixa renda, além da exploração dessa mão de obra em que é realizada nas instituições prisionais.

Em prosseguimento a discussão dos dados obtidos durante as entrevistas, o questionamento realizado respalda-se no objetivo de compreender entre as atividades socioeducativas de trabalho e educação é melhor na concepção das detentas.

Porque a gente vai está aprendendo mais coisas, e no livro a gente só vai ler. Ler e fazer o resumo do que entendeu. É! Mas eu não tenho

paciência. O livro eu foco muito no livro, mas eu vejo a cena passando na minha cabeça, eu mergulho o tempo no livro mesmo. Eu vejo assim... Um livro. É... Na escola fica inquieta. É boa sim! (Refere-se à escola). (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Tulipa, 2024).

É difícil por quê, assim, em um ponto de vista, as aulas né?! Porque ali vamos dizer assim, o que estudei há alguns anos que eu não sabia mais ali eu estou vendo. Estou eu estou novamente aprendendo, né?! E para o outro lado trabalho, porque ali eu estou ganhando uma remição para mim ir embora. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Catléia, 2024).

A escola (risos). (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Girassol, 2024).

É oportuno mencionar que elas frisam que apesar de ser menor a remição de pena ofertada, elas ainda expressam que preferem a escola, pois de acordo com suas próprias palavras “é mais gratificante” (Jaborandi, 2024) a sua participação em um ambiente de ensino escolar. Portanto, observou-se que as respostas foram unânimes, todas as entrevistas concordam que a escola é um espaço mais educativo que os trabalhos realizados na instituição.

As detentas afirmam que a leitura é uma importante ferramenta educativa que possibilita o acesso à imaginação de cenas narradas nos livros. Um importante artefato para formação é ter uma determinada leitura de mundo, ao utilizar-se da leitura é possível obter a visualização de cenas que ocorrem e, onde, compreender o seu enredo e as características que perpassam no ambiente em que ocorre a escola.

A entrevistada Tulipa (2024) ao mencionar que “o livro eu foco muito no livro, mas eu vejo a cena passando na minha cabeça, eu mergulho o tempo no livro mesmo. Eu vejo assim um livro” (Tulipa, 2024). Em concordância com a concepção de Freire (1989), o uso da sua leitura de mundo é colocado em prática para compreender aquele texto e/ou história. Em razão disso, possibilita uma abertura de oportunidades a serem discutidas, questionadas e colocadas nos resumos apresentados após a conclusão da leitura.

Dando continuidade aos resultados obtidos, foi questionado acerca de como funciona a redução de pena por trabalho e educação. E, a seguir, foi indagada sobre qual era melhor, as atividades de trabalho ou educação.

Tem que é a mesma coisa, é três por um. Três dias trabalhado é como um. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Tulipa, 2024).

É três por um. Trabalhar três dias e ganha um dia de remição. Tipo, ao ano no trabalho a gente ganha quatro meses. Ganha dez dias por mês. E na escola a gente ganha três meses por ano. Assim, para remição o trabalho, né? Que ganha um mês à mais. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Catléia, 2024).

A escola. A escola é bem mais... (pausa) como é que se diz? (pausa) vai te ensinar mais coisas lá para fora, vai te incentivar a continuar os estudos. Até porque os estudos te levam a caminhos diferentes do que esses simples trabalhos que tem aqui. Olha a das bolas você faz as bolas, aí diminui três dias, quatro dias, dependendo do tanto de bola que você fizer a do livro é quatro dias também. Só que o livro é uma vez por mês, cada mês tem um livro. A da escola a remição é bem mais pouca também. É tudo na mesma faixa etária. Para mim é a da escola. É, mesmo sendo mais pouco é mais gratificante. (Entrevista realizada na Cadeia Feminina de Cajazeiras–PB com Jaborandi, 2024).

É necessário ressaltar que a escola como instituição educativa possibilita a abertura do trabalho pedagógico relacionando sempre a reflexões para o público da EJA, visto que trazem aspectos que questionam ações que ocorrem na sociedade como temas relacionados a política, violência, trabalho, dentre outros que estão presentes no cotidiano do educando jovens, adultos e idoso.

Em razão disso, surge a necessidade de mencionar uma importante afirmação que consta na Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos, realizada em Hamburgo (1997) ao afirmar que “a educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida” (Brasília, 1997, p. 01). Frisasse, portanto, que a educação voltada para esse público é um processo formativo que compõe abertura de possibilidades para uma ressignificação como cidadão, além de atribuir conhecimentos novos e diversos que outrora não foi possível ter acesso. Portanto, a EJA conforme as palavras dos autores Ireland; Lucena (2013) dispõem a possibilidade para que o reeducando que frequenta a escola tenha “o direito de adquirirem conhecimentos, habilidades e valores necessários para exercerem e ampliarem os seus direitos que lhes proporcionem a capacidade de assumir o controle dos seus destinos” (Ireland; Lucena, 2013, p. 120). Determina que a educação não é apenas uma mera atividade a ser realizada para “passar o tempo” das detentas, pois como é afirma durante as entrevistas, a escola proporciona uma diversidade de conhecimentos que as práticas de trabalho não dispõem.

Em conformidade a isso, torna-se contundente mencionar uma das falas ditas durante a entrevista “até porque os estudos te levam a caminhos diferentes do que esses simples trabalhos que tem aqui” (Jaborandi, 2024). Isso reforça a ideia da importância que a educação reverbera para a vida dessas mulheres, onde é possível afirmar que segundo Ireland; Lucena (2013) “a educação formal se orientou, primordialmente, para o aprender a conhecer e para o aprender a fazer” (Ireland; Lucena, 2013, p. 126). A educação por si é um método de orientação didática e formativa, entretanto, é através do conhecimento adquirido que essas mulheres poderão utilizar em outros ambientes fora da prisão como foi exposto pela entrevistada Jaborandi.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dessa pesquisa permitiu uma análise sobre relações de trabalho para a ressocialização na cadeia feminina de Cajazeiras, destacando-se a importância da educação de jovens e adultos ofertada na instituição e as relações de práticas de trabalho em desenvolvimento no espaço prisional. Ao longo desse estudo, foram investigados diversos fatores que influenciam as práticas de trabalho, onde reverbera para as atividades socioeducativas, proporcionando uma compreensão mais aprofundada sobre como funciona o alinhamento entre as áreas da educação e trabalho.

Os resultados obtidos reafirmam a relevância das atividades socioeducativas e relações de trabalho associadas a educação para ressocialização na cadeia feminina. Dessa forma, esse estudo buscou identificar quais são as práticas de trabalho desenvolvidas na cadeia feminina para atuar durante o processo de ressocialização. O trabalho disposto na instituição é respaldado com principal ênfase de atribuir serviços que viabilizam a abertura de novos campos de atuação profissional após o cumprimento da pena.

Outrossim, as ponderações que podem ser destacadas é a presença do trabalho realizado por essas mulheres serem exaustivos para aquelas que participam ativamente de diversas atribuições socioeducativas. Observou-se que, em virtude da necessidade financeira, as mulheres integram diversas atividades de trabalho para suprir lacunas econômicas.

Em consequência a isso, ocorre o desgaste físico e mental com o excesso de atribuições de tarefas. Dessa maneira, compreende-se que a sobrecarga de responsabilidades impostas às mulheres, aliada à necessidade de suprir demandas financeiras, resulta em um impacto significativo em sua saúde física e mental. É substancial que medidas sejam adotadas para mitigar esse desgaste, promovendo condições mais equitativas e sustentáveis para o desempenho de suas funções.

Considerando as discussões apresentadas nesse estudo, as práticas de trabalho ofertadas não têm conotação de uma atividade pedagógica. Simultaneamente, ocorre uma relação entre conhecimentos específicos dispostos nesses trabalhos, dessa maneira, como foi apresentado nos subsídios obtidos, esses trabalhos corroboram para o aprendizado de outras atribuições existentes.

Essas atividades são respaldadas no objetivo de enfatizar a relevância que as atividades socioeducativas possuem dentro do âmbito prisional. A participação ativa das mulheres em tais atividades não apenas contribui para seu desenvolvimento pessoal e profissional, mas também facilita a reintegração social pós-cumprimento da pena. As habilidades adquiridas e os conhecimentos assimilados durante a execução dessas atividades têm o potencial de abrir portas para oportunidades futuras, ajudando a combater a reincidência e promovendo uma vida mais digna e autossuficiente.

É fundamental reconhecer o papel que essas práticas desempenham na transformação do ambiente prisional, tornando-o um espaço de aprendizado e crescimento contínuo. As implementações dessas atividades demonstram um compromisso com a humanização do sistema carcerário, proporcionando às detentas ferramentas essenciais para a construção de um futuro melhor.

Diante disso, observou-se que a relação entre trabalho e educação nas prisões é um dos principais elementos que estão interligados para a ressocialização. Constatou-se, mediante os subsídios obtidos, que todas as entrevistadas afirmaram que a educação é uma importante atribuição para o retorno à sociedade, assim como o trabalho promove a abertura de novas possibilidades.

Contudo, é enfatizado pelas mulheres entrevistadas a existência da relação que os aprendizados na cadeia promovem para a sua (re)construção da identidade feminina como indivíduo social. A integração dessas práticas pedagógicas e laborais contribui significativamente para o desenvolvimento pessoal e profissional das detentas, proporcionando-lhes ferramentas para enfrentar os desafios da vida fora do sistema prisional. Além disso, essas atividades fomentam um ambiente de dignidade e respeito, promovendo a autoestima e a autossuficiência.

Ademais, as políticas públicas e programas educacionais e de trabalho dentro das prisões sejam continuamente aprimorados, com o objetivo de oferecer suporte adequado e oportunidades reais de transformação. Assim, reforça-se a importância de um sistema prisional humanizado, que valorize o potencial de cada indivíduo para a sua reintegração bem-sucedida na sociedade, reduzindo os índices de reincidência e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em conformidade a isso, apesar dos poucos recursos que são dispostos pelas esferas legislativas para a educação no setor penitenciário, torna-se evidente que a formação pedagógica não se limita apenas ao desenvolvimento formativo para a

educação e trabalho, porém, a debates que permitem o diálogo reflexivo mediante a troca de saberes compartilhados.

Desse modo, pode-se concluir que os dados coletados possibilitaram a reflexão acerca da relação entre trabalho e educação na cadeia pública feminina de Cajazeiras. Observou-se que ainda há necessidade de debates nesse setor para compreender a diversidade e complexidade dessa temática. Além disso, verifica-se a necessidade de investimento contínuo em recursos educacionais, programas de formação e iniciativas que incentivem o diálogo e a troca de experiências entre as detentas e os educadores.

Ao promover um ambiente educacional rico e diversificado dentro da cadeia feminina, é possível não apenas fornecer às detentas as ferramentas necessárias para a reintegração social e profissional, mas também fortalecer sua autoestima e identidade. A educação, nesse contexto, torna-se um elemento transformador que vai além da simples aquisição de conhecimentos técnicos, englobando também o desenvolvimento humano e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Portanto, é fundamental que políticas públicas sejam desenvolvidas e implementadas com o objetivo de garantir o acesso à educação de qualidade nas prisões, reconhecendo a importância de um ambiente educacional propício para a ressocialização e a promoção da dignidade humana dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

- ANDREATA, Cidimar *et. al.*. Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional: um estudo de caso no Centro de Detenção e Ressocialização de Linhares- ES. Faculdade de Ensino Superior de Linhares. Monografia, Kiri-Kerê: **Pesquisa em Ensino**, n. 7, dez. 2017.
- BENEVIDES, Débora Cardoso. **Privatização do sistema penitenciário brasileiro: uma análise à luz do direito comparado**. Monografia (Bacharel em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Goiânia, 2022.
- BRAGA, Mirella de Almeida. (Re)pensar o abandono afetivo feminino nas unidades prisionais. **Revista Intercientia**, V. 10, N. 2, Nov./2022 - Dez./2023.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.
- BRASÍLIA: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Relatório Anual do CNJ – 2022**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/gestao-estrategica-e-planejamento/relatorios-anuais-do-cnj/> < acesso em: 07 de nov. de 2023 >.
- BRASÍLIA: Conselho Nacional de Educação (CNE). **Lei Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. 2006.
- BRASÍLIA: UNESCO/MEC, ANPED, 2005 (Coleção educação para todos; 6). **Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos**, V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. Hamburgo, jul. de 1997.
- BRASÍLIA: UNESCO; OEI; AECID 2009. **Educação em Prisões na América Latina: direito, liberdade e cidadania**. UNESCO, 2008.
- BRASIL. **Lei de Execução Penal**, LEP. Lei nº 7.210, 11 jul. de 1984.
- CABRAL, Rosângela Martins. Educação de jovens e adultos: **importância dessa modalidade de ensino no sistema prisional**. Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Londrina, 2013.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: ARTMED, 3º ed., 2010.
- CUNHA, Elizangela Lelis da. Ressocialização: O desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cad. Cedes, Campinas**, vol. 30, n. 81, p. 157-178, mai.-ago. 2010.
- DAVIM, Brenda Karolina Guedes; LIMA, Cátia Santos. Criminalidade feminina: desestabilidade familiar e as várias faces do abandono. **Revista Transgressões**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 138–157, 2017. DOI: 10.21680/2318-0277.2016v4n2ID11791.

DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas? Rio de Janeiro: 1º ed. **Editora Difel**, 2018.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, março/ 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: 42º ed., editora Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro, 54ª ed. Editora: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo, 25º ed. editora: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: 17º ed., editora Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados, editora Cortez, 1989.

GOMES, Romeu. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Teoria, método e criatividade**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes: 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: editora Atlas, 6º ed., 2008.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

IRELAND, Timothy Denis. Do supletivo à aprendizagem e educação de adultos em 40 anos. **Em Aberto**, Brasília, v. 35, n. 113, p.83-102, jan./abr. 2022.

IRELAND, Timothy Denis. LUCENA, Helen Halinne Rodrigues de. O Presídio Feminino como Espaço de Aprendizagens. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 113-136, jan./mar. 2013.

JAKIMIUI, Vanessa Campos de Lara. Extinção da SECADI: a negação do direito à educação (para e com a diversidade). **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. ISSN: 2675-6889. v. 2, n. 3, p.115-137, jan./mar. 2021.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. As políticas de educação para o sistema penitenciário: análise de uma experiência brasileira. In: ONOFRE, E. M. C., ed. A educação escolar entre as grades [online]. São Carlos: **EdUFSCar**, 2007, pp. 29-49. ISBN: 978-85-7600-368-7.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. Tese de Doutorado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 2009.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação e trabalho como programas de “reinserção social”. In: LOURENÇO, A. S., and ONOFRE, E. M. C., eds. O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas [online]. São Carlos: **EdUFSCar**, 2011, 285 p. ISBN: 978-85-7600-2963.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Sistema penitenciário brasileiro: aspectos conceituais, políticos e ideológicos da reincidência**. Rio de Janeiro: 1º ed., editora Revan, 2020.

KARVAT, Jaciel Santos. PIRES, Débora Aparecida. Gênero e Criminalidade: um estudo sobre as mulheres encarceradas no Brasil. A interdisciplinaridade e os desafios contemporâneos. **Editora Epitaya**, Vol. 2. ISBN: 978-65-87809-65-6. Rio de Janeiro, 2022.

LIMA, Bárbara Alicya Matias C. Mulheres negras: análise sobre a condição do sistema prisional, raça e gênero sob uma ótica feminista. **Revista Eletrônica Direito e Conhecimento**, n. 5, v. 1, 2020, jan.dez/2020, Arapiraca/AL, Seção Artigos Completos.

LIMA, Fernanda da Silva. JEREMIAS, Jéssica Domiciano Cardoso. FERRAZZO, Débora. Como gênero e raça estruturam o sistema prisional: Diálogos com Angela Davis sobre racismo e sexismo no controle punitivo brasileiro. **Rev. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 15, N. 2, 2024, p. 1-29.

MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores para EJA – Uma perspectiva de mudança. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-174, jan./dez. 2008.

MAYER, Marc de. A Educação na Prisão não é uma Mera Atividade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 33-49, jan./mar. 2013.

MAYER, Marc. Ter tempo não basta para que alguém se decida a aprender. **Em Aberto, Brasília**, v. 24, n. 86, p. 43-55, nov. 2011.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A prisão instituição educativa?. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 43-59, jan.-abr., 2016.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação Escolar para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, maio-ago., 2015.

OLIVEIRA, Suely Franco. **Historicidade e práticas educativas da educação prisional no Brasil**. Dissertação (Mestrado em educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Goiânia, 2021.

PARAÍBA. Governo Federal da Paraíba. **Projetos que levam cidadania para quem está nos presídios**. Secretária de Administração Penitenciária. Notícias. 12 de jul. de 2021. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de->

[administracao-penitenciaria/noticias/projetos-que-levam-cidadania-para-quem-estamos-presidios](#). Acesso em: < 30 de out. de 2023 >.

PELLEGRINI, Carolina de Menezes Cardoso. COSTA, Ana Paula Motta. Pobreza menstrual e os presídios femininos do Brasil: há uma guerra contra o corpo das mulheres privadas de liberdade? **V encontro virtual do CONPEDI**, ISBN: 978-65-5648-470-9 – Florianópolis, 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Rio Grande do Sul – Brasil. Universidade FEEVALE, 2013.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**: a brutal vida das mulheres que são tratadas como homens. Editora Record, 1º ed., Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Roberto da. **Didática no Cárcere II**: entender a natureza para entender o ser humano e o seu mundo. São Paulo: 1º ed. editora Giostri, 2018.

SOUZA, Miryan Aparecida Nascimento. **Políticas públicas de educação para mulheres privadas de liberdade no estado da Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Paraíba, 2022.

SOUZA, Miryan Aparecida Nascimento. IRELAND, Timothy Denis. Remição de pena como política educacional nas prisões femininas da Paraíba. **Revista Educação e Emancipação**. São Luís/MA, v. 17, n. 2, maio/ago.2024.

WACQUANT, Loic. As prisões da Miséria. **Coletivo Sabotagem**, 2004.

APÊNDICE A – PERGUNTAS DA ENTREVISTA

- 1.** O que você compreende por educação? A educação possui alguma importância na sua vida?
- 2.** Quais são os trabalhos ofertados pela instituição para vocês presidiárias?
- 3.** Quais as condições de trabalho e educação são dispostas na cadeia?
- 4.** Na sua percepção, existe alguma contribuição pedagógica nos trabalhos realizados na cadeia?
- 5.** A escola desenvolve alguma atividade em parceria com as práticas de trabalho?
- 6.** O que você entende sobre ressocialização?
- 7.** Entre o trabalho e educação desenvolvidos na cadeia quais as contribuições para ressocialização?
- 8.** Do seu ponto de vista, é melhor participar das aulas escolares ofertadas pela cadeia ou dos trabalhos?
- 9.** Como funciona a remição de pena por trabalho e educação na cadeia?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo **A educação de Jovens e Adultos – EJA e as relações de trabalho para ressocialização na cadeia feminina de Cajazeiras**, coordenado pela pesquisadora **Miryan Aparecida Nascimento Souza**, realizado respectivamente por **GABRIELA GERMANO GALDINO**, vinculado ao **Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG**.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Essa pesquisa tem como objetivo **Analisar a Educação de Jovens e Adultos - EJA e as relações de trabalho para ressocialização desenvolvidas na cadeia feminina de Cajazeiras**.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao(s) seguinte(s) procedimento(s): observação e entrevista. O(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Mas, se aceitar participar, estará contribuindo com a reflexão de quais são as formações pedagógicas ofertadas para a EJA e como isso se alinha a sua formação enquanto sujeito social que exerce atividades de trabalho desenvolvidas na Cadeia Feminina de Cajazeiras como medidas socioeducativas voltadas para as estratégias de ressocialização mulheres privadas de liberdade.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Esta pesquisa atende às exigências das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas

regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos. Atende também as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), órgão colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a(o) Orientador(a), Miryan Aparecida Nascimento Souza (UAE/CFP/UFCG), fone: (83) 9 9115-2274, e-mail: miryan.13@hotmail.com ou com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa, cujos dados para contato estão especificados abaixo:

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Miryan Aparecida Nascimento Souza

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Formação de Professores

Endereço Profissional: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, S/n – Casas Populares Cajazeiras – PB, 58.900-000.

Horário disponível: 7h às 12h e de 19h às 22h

Telefone/Celular: (83) 99115-2274

E-mail: miryan.13@hotmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Cajazeiras – PB, 10 de outubro de 2024.

Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal

Nome e assinatura do responsável pelo estudo